

campus repórter

2021 - Ano 14 - Edição 26
Faculdade de Comunicação
Universidade de Brasília

nº 26

A popularização do futevôlei na capital federal

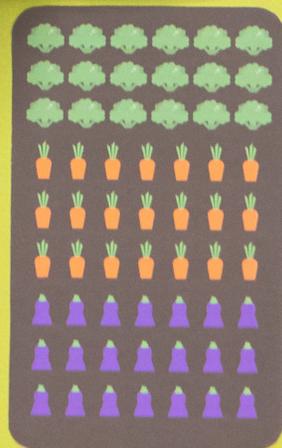
O esporte das praias cariocas que cruzou quilômetros para se tornar um dos favoritos do brasileiro

Os 50 anos da Casa do Estudante

Em 1972 eram inaugurados os dois prédios que abrigam estudantes da UnB até hoje

Os mais vulneráveis

Durante a pandemia, população em situação de rua cresce no DF



**EM PLENA PANDEMIA,
ORÇAMENTO DA CT&I
SOFRE CORTES NO BRASIL**

**DEFENDA A CIÊNCIA
JUNTE-SE E FORTALEÇA
AS SOCIEDADES CIENTÍFICAS
NESTA LUTA!**

**SBPCNET.ORG.BR
SOCICOM.ORG.BR**



#SOSCIÊNCIA

carta do editor

O início do segundo semestre letivo de 2021, em 17 de janeiro de 2022, é o marco do recomeço das atividades presenciais nos *campi* da Universidade de Brasília, paralisadas desde março de 2020, quando foi decretada a situação de emergência na saúde pública do Distrito Federal. Foi o prenúncio de um longo período de isolamento social para combater a pandemia de Covid 19, que até meados de novembro de 2021 matou cerca de 610 mil pessoas no Brasil, com 22 milhões de casos confirmados de infecção pelo vírus.

A edição de número 26 da *Campus Repórter*, assim como as duas anteriores, foi produzida em meio às dificuldades inerentes à prática da reportagem em um período em que a população em geral e as fontes de informação têm limitações para os contatos pessoais. Mas o esforço e dedicação de alunos e professores envolvidos com apuração, redação, ilustração e editoração garantiram mais esta edição aos nossos leitores.

Uma das reportagens discute como as escolas podem trabalhar para minimizar os efeitos da Covid sobre as crianças e outra mostra parte da população mais vulnerável no DF, sem emprego, renda fixa, muitos sem moradia regular, que vem tentando sobreviver aos tempos sombrios da pandemia. A identidade musical da cidade, tendo o rock como referência e o rap como influência nas periferias brasilienses, é o tema de outra reportagem da revista, que conta também a história dos 50 anos da Casa do Estudante da UnB. Completam a edição duas reportagens originalmente produzidas como projetos de final de curso de alunos do Jornalismo, sobre a autonomia do Banco Central brasileiro e a febre do Futevôlei em quadras da cidade, além de um conjunto de foto de aluna da equipe da revista.

O retorno gradativo de aulas e outras atividades presenciais nos *campi* da UnB no Plano Piloto, Gama, Ceilândia e Planaltina se dá de forma responsável, com protocolos de segurança amplamente discutidos. Que seja o início de um processo que se normalize nos próximos meses. E aí, não veremos mais a solidão dos espaços vazios que tanto marcaram a universidade ao longo de quase dois anos.

Boa leitura para todos e um feliz 2022.

Prof. David Renault – Coordenador Executivo de Edição



Carta do Editor

03

Impactos da
pandemia na
educação infantil

06

Mais Vulneráveis

14

22

Os 50 anos da
Casa do Estudante

32

As notas que for-
mam a identidade
do quadrado

SUMÁRIO

40

Bola pro alto:
A onda do
futevôlei no DF

50

Banco Central

60

Ensaio Fotográfico

EXPEDIENTE

Edição executiva (Coordenador)

Prof. David Renault

Edição de arte

Prof. Wagner Rizzo

Edição de fotografia

Prof. Marcelo Feijó

Edição de texto

Prof. David Renault

Supervisora de arte e produção

Mariana Andrade

Reportagem

Gustavo França, Gabriel Ponte,

Isabella Almeida, Kevin Lima, Luiz Oliveira e Millena Gomes

Projeto gráfico e diagramação

Brenda Silva, Daniela Souza, Maria Clara Martinez, Mariana Andrade e Raphael Pati

Fotografia

Vitória Almeida, Thaís Oliveira e Daniele Brandão

Ilustração

Emanuel Felizardo, Maria Clara Rezende e Yasmin Muniz

Capa

Maria Clara Martinez e Mariana Andrade

Imagem da capa

Jason Leung - Unsplash

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Departamento de Jornalismo

Diretora

Profª. Dione Moura

Vice-Diretor

Prof. Armando Bulcão

**Chefe do Departamento de
Jornalismo**

Prof. Solano Nascimento

Chefe interino do Departamento de Audiovisuais e Publicidade

Prof. Wagner Rizzo

Chefe do Departamento de Comunicação Organizacional

Prof. Érika Bauer

Coordenadora da Pós-Graduação

Profª. Fernanda Martinelli

Endereço

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Faculdade de Comunicação,
ICC Ala Norte - CEP: 70.910-900 Brasília-DF

Tel: (61) 3107-6520 <http://fac.unb.br>

Ano 14, Nº 26 | Dezembro de 2021



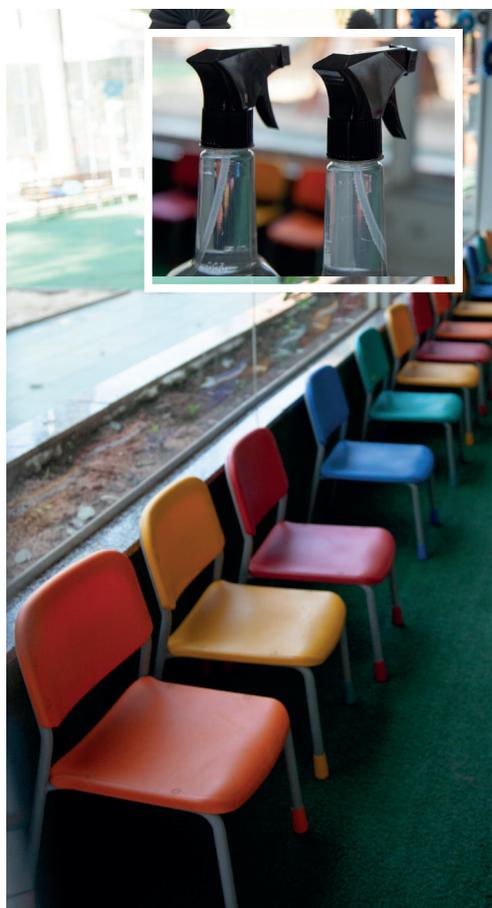
Papai em home office e mamãe a trabalhar

*Conheça os impactos da pandemia no desenvolvimento e na
educação das crianças*

TEXTO ISABELLA ALMEIDA
FOTOGRAFIA THAÍS OLIVEIRA
DIAGRAMAÇÃO BRENDA SILVA

Pouco mais de oito meses, em média, 248 dias letivos, foi o tempo que as escolas brasileiras de ensino básico não abriram fisicamente para evitar a propagação da Covid-19, a partir de 2020. Muito se perdeu no caminho durante o hiato de quase um ano sem atividades presenciais e restou às escolas lutar para conseguir manter o padrão educacional.

No dia 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou que a Covid-19 havia se elevado à categoria de pandemia, a pior do século. No mesmo dia, em função da iminente crise sanitária, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, decretou a interrupção do funcionamento de colégios e instituições de ensino das redes pública e particular.



O decreto, que previa uma paralisação de apenas 15 dias para avaliar a situação, se esvaiu no tempo e os estudantes viram passar o equivalente a dois terços de um ano sem aulas presenciais. Além dos quase 600 mil mortos contabilizados até setembro de 2021, o país perdeu coisas valiosas, que não há como se colocar na ponta da caneta, e a educação dos pequenos brasileiros é uma delas.

Os dados não mentem

Entre fevereiro e maio de 2021, durante a segunda etapa do Censo Escolar 2020, iniciado em abril de 2020, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizou levantamentos para a pesquisa “Resposta educacional à pandemia de Covid-19 no Brasil”. O estudo foi responsável por obter dados sobre os impactos da pandemia e as respostas educacionais do ensino básico durante esse período atípico.

Para tal ação, o Inep elaborou um formulário a fim de tomar conhecimento acerca das estratégias adotadas pelas instituições de ensino.

Responderam ao questionário 97,2% das escolas públicas e 84% das escolas particulares do país. Das 168.739 instituições de ensino básico que participaram da pesquisa, 167.566 aderiram à suspensão das atividades presenciais de ensino-aprendizagem, durante o ano letivo de 2020, como forma de combate à pandemia.

Após a paralisação presencial, os colégios traçaram estratégias para manter o ensino remoto, uma tarefa árdua, tanto pela falta de familiaridade com o novo formato, quanto pelos obstáculos no acesso à tecnologia. Conforme pesquisa divulgada este ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 4,3 milhões de estu-

4,3 milhões de estudantes brasileiros não têm acesso à internet, sendo 95,9% alunos da rede pública

Fonte: Inep, 2021.



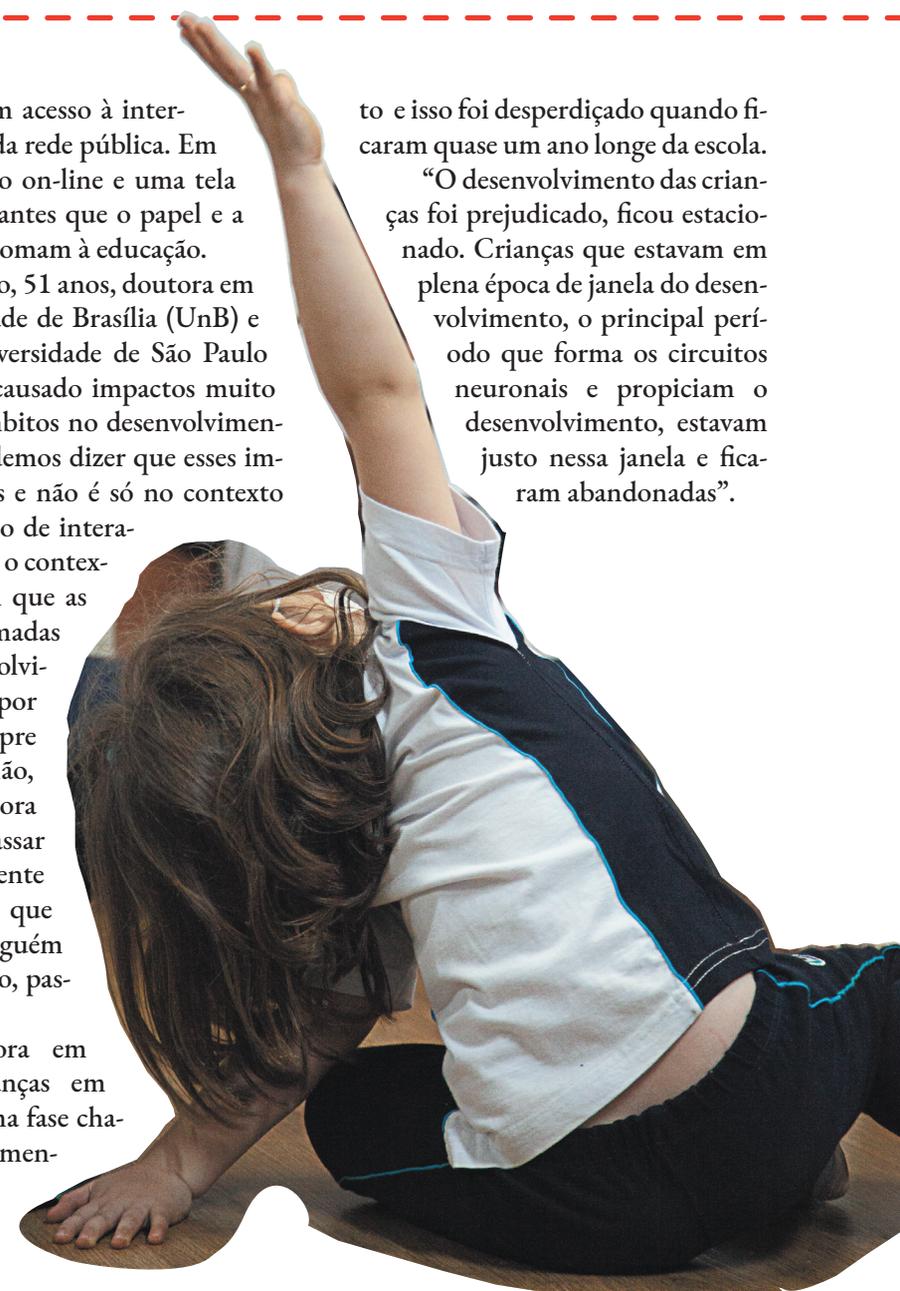
dantes brasileiros não têm acesso à internet, sendo 95,9% alunos da rede pública. Em tempos em que a conexão on-line e uma tela se tornaram mais importantes que o papel e a caneta, novos desafios se somam à educação.

Para Simone Lavorato, 51 anos, doutora em educação pela Universidade de Brasília (UnB) e neuropsicóloga pela Universidade de São Paulo (USP), a pandemia tem causado impactos muito grandes e em diversos âmbitos no desenvolvimento das crianças. “Nós podemos dizer que esses impactos são muito grandes e não é só no contexto emocional, só no contexto de interação. Têm afetado também o contexto cognitivo, a forma em que as crianças estavam acostumadas a aprender, a ter o desenvolvimento sempre norteado por alguém ali por perto, sempre auxiliando, pegando na mão, ensinando. De uma hora pra outra tiveram que passar para um contexto totalmente virtual, então, esse apoio que a criança tinha ali de alguém muito próximo auxiliando, passou de repente a não ter.”

Conforme a doutora em neuropsicologia, as crianças em idade escolar estão em uma fase chamada janela do desenvolvi-

to e isso foi desperdiçado quando ficaram quase um ano longe da escola.

“O desenvolvimento das crianças foi prejudicado, ficou estacionado. Crianças que estavam em plena época de janela do desenvolvimento, o principal período que forma os circuitos neuronais e propiciam o desenvolvimento, estavam justo nessa janela e ficaram abandonadas”.



A reabertura das escolas: alívios e incertezas do retorno presencial

Enquanto os colégios particulares fecharam as portas por cerca de 248 dias, nas instituições públicas o período de fechamento durou, em média, 287 dias. No Distrito Federal, entre 20% e 30% das escolas privadas voltaram às aulas presencialmente em setembro de 2020, ainda que de forma parcial e controlada, enquanto colégios públicos retornaram em agosto de 2021, quase um ano inteiro que evidência o abismo entre as duas realidades.

Conforme a diretora da escola particular Candanguinho Pueri Bilingue, Áurea Bartoli, 44 anos, com todos os cuidados tomados, os pais têm se mostrado confiantes ao deixar os filhos no colégio. “Deixar seus filhos no portão da escola, sem poder entrar diariamente no espaço escolar e ver de perto o que acontece, demonstra total confiança na equipe. Diariamente, temos uma equipe de controladores de acesso, enfermeiras e assistentes recebendo os alunos, aferindo a temperatura, incentivando o uso de álcool 70 e garantindo o distanciamento”, ressaltou a diretora.

Durante o período de fechamento, foram realizadas séries de reformas nos

ambientes para deixar tudo mais aberto e arejado, aulas e rodas de leituras que antes eram feitas em salas ganharam o ar livre como novo espaço.

De acordo com Áurea, a escola, que reabriu em setembro de 2020, não teve dificuldade para se adaptar às medidas sanitárias, bem como os estudantes. “As crianças se adaptaram rapidamente. Retornar com protocolos de distanciamento, entrada na escola sem os pais, uso de máscara, não compartilhamento de lanches, falta de momentos com as crianças de demais turmas não foi simples. Mas as crianças foram excelentes nesse processo.”

Diferentemente da reabertura gradual, o fechamento das escolas aconteceu de maneira repentina e abrupta para os responsáveis pelas crianças. O jornalista Daniel Ribeiro (40), pai de Marina Ribeiro, 2 anos, e Bernardo Ribeiro, 5 anos, foi surpreendido pela situação, no dia em que iria à escola matricular a filha caçula, Ibaneis decretou o fechamento imediato dos colégios.

Com a reabertura das escolas, Bernardo, que teve aulas on-line durante 2020, voltou a estudar presencialmente e Marina começou uma nova etapa. Conforme explica Daniel, o aprendizado dos pequenos têm sido muito satisfatório, apesar das grandes mudanças impostas pelos protocolos sanitários.

Professora Áurea Bartoli com alunos em sua escola



Foto: Daniel Ribeiro - Arquivo Pessoal



Foto em família: Daniel Ribeiro e a esposa, Marina (filha) e Bernardo (filho).

Para o jornalista, a pandemia aproximou as crianças dos pais e voltar a ficar longe durante o horário escolar tem sido um exercício difícil. “Eles ficaram mais ligados aos pais. Os meus, por exemplo, ficaram. E eu me esforço para dar continuidade ao que tem sido aplicado na escola. Desencilhar este convívio intenso e voltar à vida normal ainda é uma tarefa difícil de equacionar, mesmo que estejamos perto do fim de 2021. Os pais precisam ficar atentos ao comportamento das crianças.”

Nas escolas públicas do DF, as aulas presenciais voltaram em agosto de 2021 e de maneira híbrida, as salas que antes ficavam cheias de crianças passaram a ter metade da turma ou menos que isso. O receio de alguns pais, a preocupação com a saúde e o cumprimento de medidas sanitárias deixaram os espaços vazios.

Para o diretor da Escola Classe 302 Norte, Marcos César Lima, 52 anos, a pandemia e o ensino remoto evidenciaram a falta de suporte tecnológico na educação pública. “A Pandemia mostrou que a comunidade escolar não estava preparada para um cenário em que a tecnologia pode ser um instrumento facilitador do processo ensino aprendizagem. A maioria das esco-

las não conta com suporte necessário para a oferta do ensino remoto ou a distância. E ainda, boa parte dos professores não teve a formação adequada para lecionar a distância”, destacou.

Marcos Cesar, que está no colégio há 10 anos e assumiu a direção dois meses antes do começo da pandemia, ressaltou que os alunos tiveram grande dificuldade para se adaptar à nova rotina e que o ensino remoto ainda tirou de parte dos pequenos a única oportunidade de fazer uma refeição adequada. “Muitos são os impactos negativos desse novo cenário, mas o que podemos destacar com mais ênfase é a ausência de estrutura para continuidade das aulas, dificuldade de adaptação ao ensino remoto, perda da convivência com o meio escolar, falta de estudo adequada para aquisição das aprendizagens, sem contar aqueles que tinham a merenda escolar como uma das poucas refeições nutritivas.”

“A pandemia mostrou que a comunidade escolar não estava preparada para um cenário em que a tecnologia pode ser um instrumento facilitador do processo ensino aprendizagem”

- Marcos César



Quase um mês após a reabertura, a Escola Classe 302 não havia registrado nenhum caso de Covid-19. Os protocolos de biossegurança são cumpridos, os alunos entram por um portão, saem por outro e não têm contato nenhum com outras turmas. A hora do lanche, antes partilhada, cheia de correria e todos dividindo comida, foi substituída pela refeição quieta, sentados à mesa tampada por acrílico.

Conforme aponta o diretor Marcos Cesar, apesar da volta ao que parece uma vida minimamente normal, o retrocesso na educação se mostra presente. “Dentre os principais riscos decorrentes da suspensão das aulas presenciais, estão o comprometimento do calendário escolar, o retrocesso do processo educacional e aprendizagem dos estudantes, os danos estruturais e sociais para alunos e famílias de baixa renda, com isso aumentando a desigualdade social, o abandono e potencial aumento da evasão escolar.”

Há ainda outras questões a serem observadas, como a idade dos alunos. Os impactos no desenvolvimento e educação variam de acordo com a faixa etária dos estudantes. Como afirma Simone Lavorato, eles têm urgências diferentes conforme crescem, mas é certo que todos foram afetados pela pandemia. “Uma criança pequena tem certas necessidades específicas relacionadas àquela idade, e muitas vezes, nesse contexto de pandemia, não conseguiu ter acompanhamento. Já as crianças um pouquinho maiores, de cinco a oito anos, estão numa fase de extremo desenvolvimento cognitivo, a fase do conhecimento e na verdade, acaba prejudicando porque foram suprimidas nessa questão educacional.” Já os estudantes um pouco maiores, na pré-adolescência, “acabaram se sentindo socialmente excluídas e essa falta de interação com outras também prejudicou muito os aspectos emocionais.”

Como explica o designer gráfico, Marcos Antônio Almeida, 48 anos, a adaptação da filha, Iasmin Eduarda, 13 anos, ao isolamento social e à nova rotina longe da escola foi difícil. “Iasmin sofreu muito no período de isolamento social. Ela era uma criança extremamente extrovertida e sociável antes, pois sempre frequentou ambientes escolares coletivos, desde os quatro meses de idade.” Assim, a adaptação da rotina caseira foi difícil, com o aparecimento de um grande déficit de atenção, diz Almeida. “Até a saúde mental dela foi diretamente afetada, pois passou a apresentar crises de ansiedade e fobia de sair de casa, por medo de contaminar-se com o vírus.”



Marcos Antônio e Iasmin Eduarda passando o dia juntos.

Foto: Marcos Antônio - Arquivo Pessoal

“Até a saúde mental dela [filha] foi diretamente afetada, pois passou a apresentar crises de ansiedade e fobia de sair de casa, por medo de contaminar-se com o vírus”

- Marcos Antônio

Na contramão da dificuldade de adaptação ao ensino remoto, está a alegria de voltar às aulas presenciais. Iasmin está no 7º ano do ensino fundamental, estuda em um colégio público e quando veio a reabertura física, tudo já estava preparado. “Preparamos todas as ferramentas necessárias para a volta segura, com máscara, álcool em gel e, principalmente, conscientização de que a vida deve prosseguir, com o novo normal. Já nos primeiros dias a alegria retornou ao seu rosto e ficou claro que a ansiedade era diretamente proporcional ao isolamento social.”, destacou o pai.

Para Marcos Antônio, as aulas on-line foram pouco eficientes por conta da falta de adaptação dos docentes ao novo formato. “Ficou evidente que o planejamento pedagógico dos professores ainda está enraizado no século passado, na era analógica, e eles não conseguiram fazer a transição para a era da sociedade da informação. Não se pode simplesmente tentar replicar nas plataformas virtuais, que são digitais, os conteúdos que foram ensinados em quadros negros tradicionais por séculos, com a pedagogia anterior”.

Se em algum momento for necessário resumir em apenas uma palavra todas essas mudanças, desde as turmas sendo revezadas e divididas em grupos, até a privação de abraçar os colegas, Iasmin já terá escolhido uma muito apropriada. “Estranho é a palavra que melhor define o sentimento de volta às aulas no novo normal.”



Um olhar para o futuro, amarras que remetem ao passado

Os prejuízos da pandemia na educação são muitos e apontam para o retrocesso, mas a defasagem no ensino brasileiro vem de muito antes. Em 2019, foi previsto que o Brasil só atingiria em 2041 as 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), planejadas para serem alcançadas em 2024.

Com a vacinação dos professores, início da imunização dos adolescentes e a possibilidade de crianças a partir de cinco anos se imunizarem também, cresce a esperança de voltar às salas de aulas abraçando todos os colegas e sem usar nenhuma máscara. Conforme explica a neuropsicóloga, Simone Lavorato, pais e escolas, mais uma vez, deverão se desdobrar para correr pelo que ficou para trás. “É um momento muito forte de parceria dos pais e da escola, se não tiver essa parceria, a criança com certeza vai ficar com alguns problemas e algumas sequelas que podem durar muito tempo para ela resolver.”

Ao final, há o consenso de que, se a educação transforma pessoas e estas transformam o mundo, é necessário todo esforço para recuperar o que foi perdido durante o período de fechamento das escolas.

MAIS

V U L N E R Á V E I S

Durante a pandemia, população em situação de rua cresce no DF e revela desafios para o acolhimento

TEXTO Kevin Lima
DIAGRAMAÇÃO Maria Clara Martinez
ILUSTRAÇÕES Yasmin Muniz

Nos últimos dois anos, com a pandemia da Covid-19, as casas reforçaram o seu papel de porto seguro dos donos. Mas para quem tem o céu como teto, as marquises como parede e o chão como cama, a realidade foi outra. Invisíveis, como algumas se descrevem, as pessoas em situação de rua se “multiplicaram” como consequência social do avanço do novo coronavírus.

Aos 61 anos, a jovem capital do país flerta cada vez mais com o avanço da pobreza. Segundo levantamento do Instituto

Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE), entre o primeiro trimestre de 2019 e janeiro de 2021, o percentual da população pobre do Distrito Federal cresceu de 12,9% para 20,8%. A alta foi a maior registrada em todo o território nacional. Na pesquisa, as famílias consideradas como integrantes da faixa da pobreza vivem com renda de até R\$ 450,00 ao mês por pessoa. A tragédia social é ainda maior quando são observados os dados sobre as pessoas em situação de rua. Com a deterioração dos empregos, Vani Leite, 47, foi uma das cidadãs

do DF que se viu obrigada a morar nas ruas no último ano. “Eu era babá, cuidava dos filhos dos outros, sabe? Agora, tô aqui. Fui despejada e ninguém pôde me ajudar”, diz, enquanto ajeita as folhas de papelão em um dos passeios do Setor Bancário Norte. “Antes, achava que os meus colegas de rua viviam aqui por escolha, pra se fazer de vítima, sabe? Na verdade, de alguma maneira, a gente é obrigado a morar aqui”.

Como ela mesma diz, a sua realidade não é a única no Distrito Federal. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social do DF (Sedes), durante a pandemia, cerca de 2.250 pessoas foram abordadas mensalmente pelo Serviço Especializado de Abordagem Social (Seas). O número pode ser ainda maior, uma vez que o último censo dessa população foi feito em 2011 pela Universidade de Brasília. Àquela época, viviam nas ruas da capital federal 2.512 pessoas (1.972 adultos, 221 adolescentes e 319 crianças) que foram cadastradas.

“Vim parar aqui [debaixo do pilotis da Agência Central dos Correios] porque não tinha mais dinheiro. Eu queria comprar carne, mas não dava. Queria um leite, mas não tinha nada. Moro aqui porque perdi as esperanças. Achei que Brasília me ajudaria a realizar um sonho, mas já não acredito mais nisso”, reflete Igor Silva, 34. Homem negro com origem no Ceará, Igor deixou a casa dos pais, que não aceitavam a sua orientação sexual, e, de cara, foi morar na Cidade Estrutural. Ele achava que Brasília tinha muito mais o DNA moderno, cheio de oportunidades, evidenciado pelas obras de Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Chegou, inclusive, a trabalhar em uma das mais célebres obras do arquiteto carioca: o Congresso Nacional. Por lá, foi garçom em um dos vários restaurantes sob gestão do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) dentro das Casas Legislativas. Com a pandemia, o

Senac reduziu o número de colaboradores e entre as demissões estava a de Igor. “Depois, as contas se acumularam e eu não conseguia mais ver uma luz”, diz.

Essa Brasília dos sonhos de Igor talvez fosse a imaginada por Oscar Niemeyer, mas a atual e desigual Brasília nada tem a ver com a cidade planejada pelo arquiteto.

Em entrevista à Folha de S.Paulo aos 102 anos, em 2010, o carioca relatou que o seu sonho foi interrompido quando a capital federal começou a ser ocupada pelos “homens do dinheiro”. Aí “tudo se modificou: a vaidade e o individualismo mais detestáveis se fizeram presentes”, afirmou.

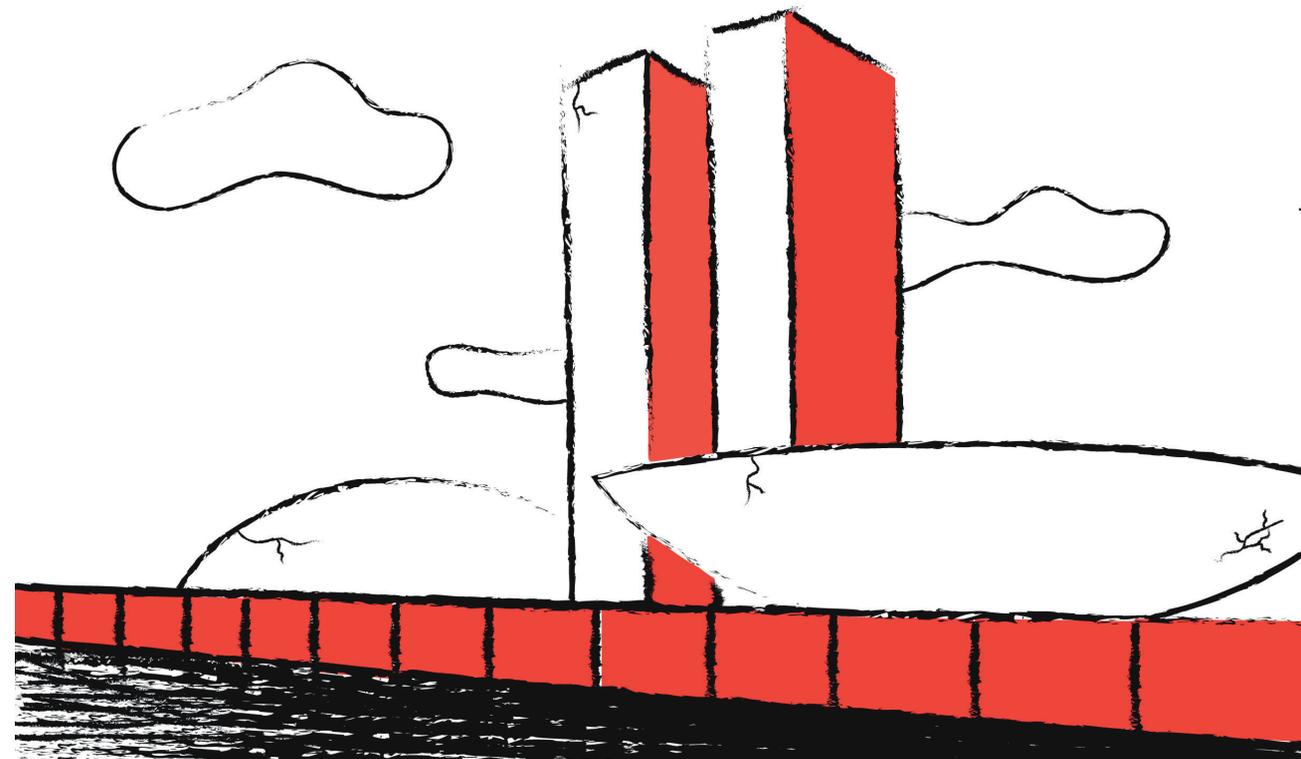
A comida, citada pelo ex-garçom cearense, tem o oitavo maior custo do país. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), uma cesta básica de alimentos custa no DF, em média, R\$ 594,59, ou 58,4% do salário-mínimo atual.

“Não é só a comida que é cara, não. Um barraco, um terreno, um aluguel... acho que tudo isso é muito caro aqui”, avalia Igor Silva. “Por que você acha que eu tô aqui?”, questiona.

Morador de rua não identificado.



Foto: Milka - Unsplash



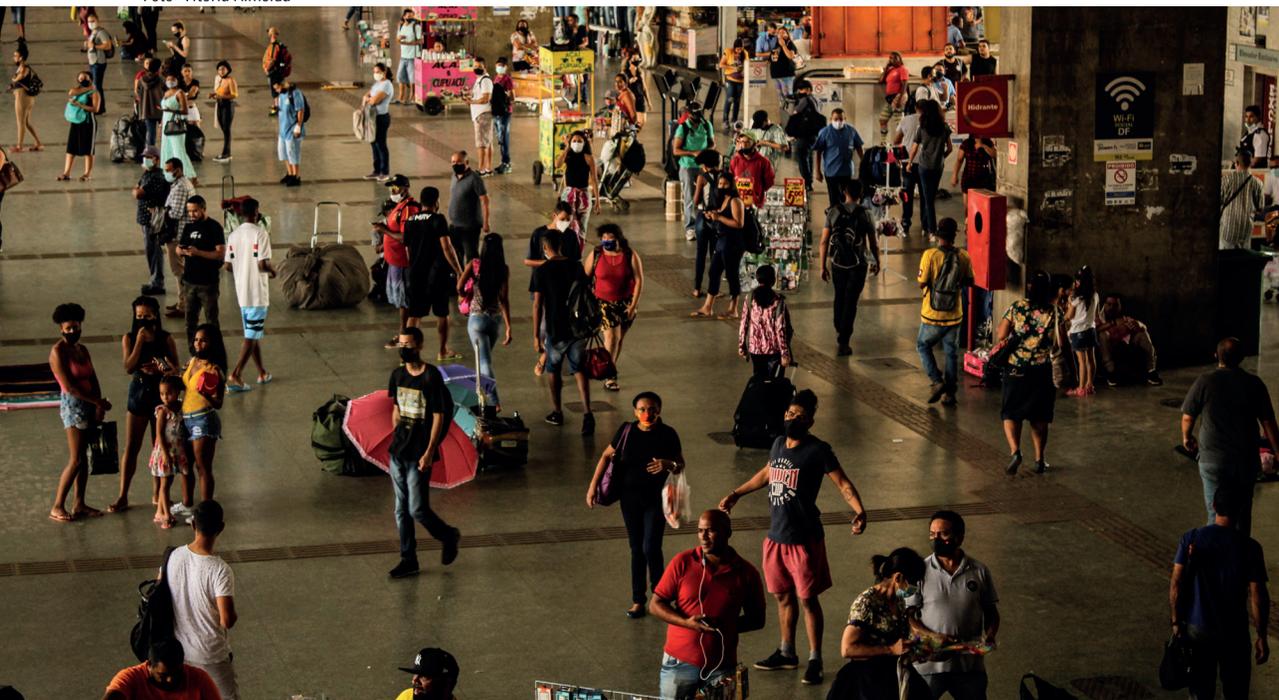
EM ESCALA NACIONAL

Na tentativa de barrar o aumento da pobreza e combater os efeitos da pandemia na esfera econômica, em 2020 o governo federal lançou o auxílio emergencial, inicialmente, no valor de R\$ 600 em parcelas mensais. O benefício, que acabou em outubro de 2021, alcançou 68 milhões de pessoas, mas Vani, Igor e Roberto Alves, 43, não fizeram parte da lista de beneficiários. Outras pessoas em situação de rua, dizem, também não tiveram acesso ao programa. “Ele podia ter ajudado a gente, né? Eu podia procurar um lugar para morar, mas não tive acesso”, afirma Vani. “Já até tentei me cadastrar no Bolsa Família, só que não consigo. Já me explicaram, mas não entendo”, complementa Igor.

O impasse sobre o Bolsa Família não está restrito apenas ao trio. Em resposta a um pedido feito pela rede CNN Brasil, por meio deste repórter, à Lei de Acesso à Informação, o Ministério da Cidadania indicou que o benefício tem **1.186.75** pessoas em uma espécie

de **lista de espera** para o ingresso no programa. Essas pessoas atendem aos critérios do programa. Segundo a pasta, a fila está relacionada ao impasse orçamentário sobre a ampliação do Bolsa Família, que é um dos pilares da campanha antecipada à reeleição do presidente Jair Bolsonaro em 2022. O mesmo Bolsonaro que antes defendia o fim do programa e classificava, durante os seus pronunciamentos feitos na Câmara em 2011, os beneficiários como “pobres coitados”, “ignorantes” e “miseráveis”.

Em setembro de 2021, para sustentar o aumento da base de beneficiários, previsto para novembro, a 17 milhões de famílias, Jair Bolsonaro editou decreto que elevou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Hoje, o benefício é pago a 14,6 milhões de famílias. Além disso, o valor médio pago deve subir de R\$ 189,00 para R\$ 400,00. Essas mudanças, segundo o Ministério da Economia, vão gerar despesas maiores do que as estimadas para o programa de transferência de renda em 2021.



Moradores de Brasília na estação rodoviária.

Com o aumento do IOF, o governo garante que poderá destinar R\$ 1,62 bilhão ao custeio do Auxílio Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família e abrir caminho para efetivar os planos.

Atualmente, o Bolsa Família é pago a famílias em situação de pobreza (renda por pessoa entre R\$ 89 a R\$ 178) ou extrema pobreza (renda por pessoa de até R\$ 89,00 por mês) registradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Vani, Igor e Roberto, que se enquadram no primeiro grupo, dizem que nunca foram procurados pelos órgãos de assistência social do DF para realizar o cadastro. Como eles, 14.718.690 famílias também estão em situação de extrema pobreza, de acordo com o governo federal.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social), divulgado em setembro, indica que há uma relação entre o aumento da pobreza no Brasil e as dificuldades de acesso aos programas sociais. De acordo com o levantamento, quase 13% da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza (renda de R\$ 248,00 ao mês). O montante é três vezes maior do que o registrado em 2019. A FGV

Social defende que o agravamento dessa crise social só será sanado com investimento em medidas de acolhimento e prevenção.

NOVO CENSO NO DF

O primeiro passo para realizar o correto amparo a essa população é identificar e mensurar, aponta a FGV. Ao ser questionada sobre os dados que embasam as ações e o acolhimento de pessoas em situação de rua no DF, a Secretaria Desenvolvimento Social afirmou que o governo do Distrito Federal promoverá um novo censo para “coletar dados que possibilitem a identificação quantitativa e espacial da população em situação de rua do DF”. O levantamento recebeu aporte de R\$ 1,6 milhão em agosto e será conduzido pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

De acordo com a Secretaria, a pesquisa vai criar um perfil da população e ajudar a identificar quais são as necessidades do grupo, a partir de novembro de 2021.

A gerente de Estudos e Análises Transversais da Codeplan, Tatiana Landim, pontua que a Companhia pretende fazer um mapeamento “amplo” e considerar as “muitas particularidades” que envolvem o grupo.

Em âmbito nacional, a discussão sobre o mapeamento da população em situação de rua também existe. A primeira e única pesquisa ampla sobre a população de rua foi realizada entre 2007 e 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social, mas mesmo assim não atingiu todo o território nacional. Intitulada Rua: aprendendo a contar. Pes-

quisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, o estudo abrangeu 71 cidades e detectou **44 mil** pessoas nessa situação. Na época, o ministério argumentou que os dados ajudariam a criar políticas para reduzir os níveis de desigualdade, combater a fome e o desemprego. O perfil traçado tem, por exemplo, informações sobre idade, gênero, cor da pele, formação escolar e razões da ida das pessoas para rua. Àquela época, cerca de 70% da população entrevistada dormia na rua e quase 80% dela fazia, ao menos, uma refeição por dia.

2,8 MILHÕES DE FAMÍLIAS VIVEM COM RENDA ENTRE R\$ 90,00 E 178,00 E SÃO CLASSIFICADAS COMO POBRES. O NÚMERO É O MAIOR DESDE AGOSTO DE 2012.





AÇÕES DE APOIO

Ainda que o perfil no DF não esteja completo, a Secretaria Desenvolvimento Social oferece ações de apoio às pessoas. Segundo a pasta, 28 equipes circulam diariamente, a partir das 8h, para atender quem está nas ruas. Nos encontros, são feitas orientações sobre iniciativas, ações, serviços e benefícios sociais a que essas pessoas têm direito. Ocasionalmente, quando há vagas em unidades de acolhimento, os profissionais também realizam a oferta dos espaços.

No total, o Distrito Federal tem 16 casas de passagem para adultos e famílias, com 903 vagas; seis abrigos institucionais para idosos, com 286 vagas; e 40 locais para acolhimento de crianças e adolescentes, com 425 vagas.

Há ainda dois Centros Pops, em que são ofertados atendimentos individuais e coletivos, oficinas, atividades de convívio e socialização. As unidades não são abrigos, mas “uma porta de entrada” para a aplicação de políticas públicas. De acordo com a Sedes, os espaços conseguem atender entre 100 e 150 pessoas por dia.

Todas essas ações fazem parte da Política Distrital para a População em Situação de Rua, sancionada em 2020. Ela prevê a qualificação do público-alvo para o acesso ao mercado de trabalho, por meio de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público para a criação de postos de trabalho. Há re-

ursos orçamentários nos instrumentos de planejamento e orçamento para implementação das políticas públicas voltadas para os moradores em situação de rua e a articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e o Sistema Único de Saúde (SUS) para qualificar a oferta de serviços. Existem ainda ações de apoio e sustentação aos programas habitacionais e sociais que atendam à população em situação de rua,

com o acompanhamento desenvolvido por equipe multidisciplinar, nos períodos anterior e posterior à ida para o imóvel.

De acordo com o texto informativo da Política Distrital, todas as ações vinculadas ao amparo à população em situação de rua devem respeitar a dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária, a valorização e o respeito à vida e à cidadania. É preciso assegurar o aten-

dimento humanizado e universalizado, e a redução de atos violentos e ações vexatórias e de estigmas negativos e preconceitos sociais que produzam ou estimulem a discriminação e a marginalização das pessoas em situação de rua. Com a Política, na avaliação do governo do DF, será possível caminhar para a erradicação desse problema social. Ninguém, porém, se arrisca a prever prazos para que isso ocorra efetivamente.

OS 50 ANOS DA CASA DO ESTUDANTE

Inaugurada em 1972 no Centro Olímpico do campus Darcy Ribeiro, os dois prédios abrigaram milhares de estudantes que não tinham onde morar

TEXTO Luiz Oliveira

FOTOGRAFIA Arquivo Pessoal e AfoM-UnB

DIAGRAMAÇÃO Daniela Souza e Mariana Andrade

Em 2022 completa meio século que os primeiros estudantes passaram a morar no que hoje é a Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade de Brasília, durante muitos anos conhecida apenas como o “alojamento” do Centro Olímpico. Em 2014 foi realizada uma ampla reforma nos apartamentos nos dois prédios de dois andares, cada um, abertos para moradia no segundo semestre de 1972, 10 anos depois que a própria UnB começou a funcionar.

Há muitas histórias nos 50 anos do Alojamento Estudantil da Universidade de Brasília (UnB), que também já se chamou Casa do Estudante da Graduação, destinada a alunos carentes, principalmente de outras cidades do Brasil, que carregavam e carregam o sonho de cursar uma universidade pública fora de sua cidade natal. Os dois blocos habitacionais foram erguidos na mesma área do Centro Olímpico, o CO, afastados do centro do campus original da UnB, na Asa Norte do Plano Piloto, hoje campus Darcy Ribeiro.

Suas instalações abrigam alunos e alunas, que compartilham 360 vagas disponíveis nos 90 apartamentos duplex dos dois blocos (edifícios) do alojamento. Cada apartamento tem no piso inferior uma área de estudos, cozinha, área de serviços, dois banheiros, com instalações e equipamentos fornecidos pela própria universidade, sem custos para os estudantes. No piso superior ficam dois quartos, com camas e armários para duas pessoas, cada um.

Mas como era a moradia estudantil antes da criação dos blocos do CO? Em 1969 a UnB crescia em meio ao clima seco do cerrado da nova capital do Brasil. Candangos, como eram chamados os trabalhadores da época da construção, ainda chegavam de várias partes do País em

busca de novas oportunidades. E foi neste período que Helival Rios, hoje com 72 anos, vindo da Bahia, iniciou uma relação de mais 10 anos com a instituição. Começou como datilógrafo do Departamento de Engenharia, mas o sonho era ser estudante.

Em 1970 passou no vestibular para a área de humanidades e escolheu cursar Comunicação. Mas, para isso, abriu mão do trabalho, não dava para conciliar os dois, pois o curso na UnB era diurno. Em seguida, “a UnB passou a me disponibilizar uma bolsa de 100 cruzeiros da época e consegui ter acesso aos barracos”, nome da morada dos estudantes na época, na beira do Lago Paranoá, distante das salas de aulas e administração da universidade. Helival conta que os barracos ficavam em cinco alojamentos que serviam de abrigos para os alunos que não tinham residência em Brasília. “Em cada um havia entre seis e oito quartos, com dois estudantes ocupando um dos espaços. Nos dormitórios, tinham as camas e a mesa de estudo. Além de um banheiro que era usado por todos os moradores”, detalha o jornalista que, depois de formado, seguiu uma longa carreira em Brasília.

“Éramos uma turma muito unida, uma bagaceira doida, sempre tinha alguém tocando violão ou outro instrumento”

- Helival Rios

O lugar era ocupado por pessoas de todos os cantos do país, principalmente dos interiores de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. De acordo com Helival, havia, além de estudantes solteiros, casais. Ele mesmo tinha um amigo, aluno da comunicação, que era casado e com três filhos. Em cada barraco moravam estudantes de cursos diferentes, permitindo uma diversidade maior. “Éramos uma turma muito unida, uma bagaceira doida, sempre tinha alguém tocando violão ou outro instrumento”. Até meados dos anos 1970 havia ainda na UnB “barracos” que serviam de alojamentos para mulheres e casais - vários com filhos - em uma área próxima onde fica hoje o restaurante Universitário.

O ano de 1972 foi determinante para os estudantes que moravam nos barracos, com

a inauguração do Alojamento Estudantil da UnB, cujas obras começaram em 1970. O projeto inicial era construir gradativamente um conjunto habitacional de oito blocos para garantir moradia a todos os estudantes que precisassem, no entanto, até hoje só foram entregues os dois primeiros. De qualquer forma, algo que foi bastante comemorado pelos alunos que aguardavam, como é o caso de Helival. “Foi muito melhor, pois era tudo organizado, limpinho. Era um paraíso”, relembra.

Nem tudo foi tranquilo quando houve a mudança para os blocos, em pleno regime militar, com o ex-Presidente Garrastazu Médici. De acordo com Helival, a repressão policial passou a ser mais frequente nos edifícios. “Teve um dia que eu cheguei das aulas e vi que tinham levado os meus livros,

Foto: AtoM-UnB



Alojamento estudantil em construção, meados de 1970.



Estudantes da UnB e moradores do CEU fazendo festa nos corredores do alojamento.

mas o engraçado é que deixaram O Capital, de Karl Max”. O motivo? “Talvez eles tenham achado que pelo título não tinha nada haver com política”.

Helival Rios formou-se em jornalismo e economia pela UnB. Hoje, aposentado, diz que não manteve ao longo dos anos muito contato com o pessoal da época, mas que interage com alguns pelas redes sociais. A sua turma fez parte da geração de “calouros” do alojamento estudantil e, ao longo desses 50 anos, muitas outras pessoas fizeram de lá o seu lar durante o período da graduação.

Outro Ceolino, apelido dos moradores da casa, foi Adalberto Vilela, 42 anos. Aos 17, partiu de Mineiros, no interior de Goiás, para estudar Arquitetura e Urbanismo na UnB. Diz que o período em que ele entrou na universidade ficou marcado como um importante movimento na consolidação de políticas públicas voltadas aos alunos carentes. “Cheguei à universidade em 1997

e me formei em 2001. Foi um momento de muita luta no fortalecimento da assistência estudantil, principalmente por parte dos moradores da casa”.

Acrescenta que havia união entre os residentes para reivindicar direitos. “A gente fazia manifestações na reitoria, teve uma que foi o Toalhaço, onde todos foram de roupa de banhos reclamar da falta d’água. O tom era de força e comunidade”, lembra Adalberto. Em sua opinião, um ponto que marca a experiência dos moradores da Casa é o isolamento em razão da localização dos blocos. “Tínhamos uma única linha de ônibus, então se a gente perdesse o horário, teria que andar muito para ir ao mercado, por exemplo. Nos sentíamos como monges morando no monastério”.

Contudo, apesar de todas as dificuldades que se tinha, Adalberto não poupa elogios ao falar do valor que a casa tinha para a formação. “Foi uma aprendizagem à força,

não estava acostumado, porém foram um dos melhores anos da minha vida”. Essa relação com a casa do estudante foi tão intensa que o ex-estudante produziu um artigo sobre os alojamentos universitários no Brasil, com o foco na residência da UnB. É neste documento que se encontra a história, tão pouco conhecida, sobre a primeira tentativa de construção de residências estudantis feita pelo arquiteto Oscar Niemeyer para a universidade.

De acordo com Adalberto, por volta de 1962, o arquiteto apresentou o protótipo de apartamentos que seriam empilhados um em cima do outro. “Era para ser uma fileira de blocos na área em que hoje é o estacionamento da ala sul, mas deu tudo errado, pois ficou muito pesado. Passou de 45 toneladas e nenhum

“Meu apartamento era o único que tinha televisão, então a gente se reunia para assistir a jogos de futebol, por exemplo. Era uma troca de ajuda mútua. De espírito comunitário”

- Fernando Oliveira Paulino

guindaste conseguiria levantar aquilo”, explica. Um esboço desse “elefante branco” pode ser visto todos os dias pelos frequentadores do Campus Darcy Ribeiro, porque abriga a barbearia e a sapataria da UnB.

Fernando Oliveira Paulino, 44 anos, teve na CEU a possibilidade de concretizar o sonho que tinha desde criança: ser jornalista. Nascido na cidade de São Paulo, o ex-estudante sabia que, para conseguir frequentar um curso, antes teria que arrumar dinheiro, pois a família não o poderia ajudar a custear suas despesas. “Fiz um curso técnico de eletrônica por quatro anos e, à noite, estudava para o vestibular. Caso não rolasse de passar em uma pública, teria como pagar uma particular”, lembra.

E foi no cursinho para vestibular que a vida de Paulino começou a trilhar o destino que tem hoje. Lá ele teve acesso a um folheto no qual dizia que na UnB a inscrição poderia ser feita por cartas. “Eu não tinha Brasília como primeira opção, pensava em cidades como o Rio ou Curitiba, por serem mais pertos. Mas quando eu vi esse folheto, tudo mudou”, conta.

O que fez o então jovem Paulino? Veio a Brasília prestar o vestibular e passou. E com apenas 18 anos, a mudança para a capital ocorreu. Ele revela que sabia da existência da casa para os estudantes da UnB, mas não estava preparado para o que aconteceu. “Fui à reitoria dizer que precisava do alojamento, mas me disseram que o processo para conseguir a vaga só abriria dentro de algumas semanas. Só que eu não tinha onde dormir no dia que eu cheguei”, afirma.

Recorda que um funcionário da reitoria, chamado Ubiraci, disse que se eu fizesse amizade com algum morador da Casa poderia ficar como

visitante por um tempo. “Cheguei na portaria do prédio e passou um homem negro, alto, bonito, e me perguntou o que estava rolando. Fiz amizade com ele e fiquei”. Até o final do curso, em 1999.

De acordo com Paulino, a convivência entre os moradores se baseava na solidariedade. O espírito era de união para reivindicar as demandas que o local necessitava. Além de momentos em que se juntavam para compartilhar utensílios que os colegas não tinham. “Meu apartamento era o único que tinha televisão, então a gente se reunia para assistir a jogos de futebol, por exemplo. Era uma troca de ajuda mútua. De espírito comunitário”.

Os momentos de lazer eram parte da rotina dos moradores. Desde festas que envolviam três apartamentos até jogos de futebol no CO, que iam madrugada adentro. Sobre a importância da CEU em sua vida, Paulino declara: “Se eu não tivesse conseguido a moradia, talvez a minha trajetória tivesse sido outra”. Centenas de outros estudantes assinariam a declaração.

Também fazendo a mesma trajetória de outros ex-alunos, Paulino hoje é professor da UnB (Departamento de Jornalismo) e continua a viver no Campus Darcy Ribeiro, em um dos blocos de apartamentos destinados aos professores. Ex-Diretor da Faculdade de Comunicação, ressalta o caráter político e social da manutenção da moradia para alunos. “A casa do estudante é um sucesso de política pública. Sem essa assistência a sociedade brasileira perderia, porque muitas vezes deixariam de estar dentro da universidade. A pluralidade de expressões econômicas, culturais, raciais é algo essencial para as aulas”.

Antes e Depois

Após mais de 40 anos, em 2010, a Casa do Estudante Universitário da UnB teve a primeira reforma, com a desocupação dos blocos residenciais. Neste período,

moradores foram encaminhados para imóveis alugados nas entre quadras da Asa Norte e passaram a receber a pecúnia, como parte do Programa Moradia Estudantil: R\$ 530,00 mensais para custear as despesas de aluguel e de rotinas de moradias, com outros três ou quatro colegas.

Em setembro de 2014, a nova CEU foi reinaugurada para receber os moradores. O coordenador geral da moradia estudantil da UnB, Rafael Zonta, explica porquê o nome mudou de alojamento para casa. “Procurou-se criar o sentimento de pertencimento aos beneficiários e trazer motivações de cuidados diários com o espaço utilizado, para que futuros moradores utilizem a estrutura em condições de habitar”.

Com a reforma, a CEU passou a ter estruturas e espaços coletivos que não tinha antes. Todos os apartamentos foram mobiliados com longarinas, geladeiras, camas, micro-ondas, fogões, bancadas planejadas para estudos, armários e guarda roupas, além de filtros de água, academia, laboratórios de informática e salas para estudos. Dois apartamentos foram adaptados para estudantes com deficiências, com elevadores internos. Os estudantes que podem concorrer às 360 vagas são aqueles que possuem renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, além de não terem residência no Distrito Federal.

Para a manutenção do espaço da Casa é necessário buscar recursos do Programa

Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Na UnB, a manutenção e execução desta política de inclusão é de responsabilidade do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), por meio da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS). O coordenador de Assistência Estudantil da DAC/DDS, Eduardo Lemgruber, explica como os programas são importantes para a diversidade do ensino superior. “A assistência estudantil é fundamental para a permanência de estudantes oriundos de famílias de baixa renda. Sem ela é impossível democratizar o acesso à educação superior”. O orçamento de 2021 pode dificultar ainda mais a manutenção dessa política, que previne a evasão de estudantes. Lemgruber

Estudantes moradores do Alojamento da Universidade de Brasília, em meados de 1990.



diz que este ano o “orçamento do Pnaes é bem aquém do mínimo que seria necessário, deixando muitos estudantes de fora dos programas”.

Para que se tenha uma distribuição justa desses recursos existem editais de avaliação socioeconômica, mas alguns estudantes reclamam da demora para sair o resultado. O coordenador afirma que “a DDS tem recebido cerca de 2.000 solicitações por semestre e, por mais que se esforce, há um limite na possibilidade de redução dos prazos”. São diversos os desafios para a manutenção e ampliação das políticas de assistência estudantil.

Além dos moradores e dos servidores da coordenação, circulam no espaço

social da CEU os porteiros, trabalhadores terceirizados, entre eles, a dupla Rose e Pedro, que chegaram em 2017 com uma imagem não muito boa. “A gente veio para cá muito assustado, porque tudo o que se referia sobre aqui era bem ruim”, disse Rose. Ela conta que a má impressão ficou para trás e a relação com os moradores é de respeito e carinho, mas com limites. “Eu brinco dizendo que sou mãe de um monte de menino, biológica eu só tenho uma, mas não preciso mais, pois tenho vários de coração”. Ela acrescenta: “O acolhimento da coordenação foi me deixando mais segura e hoje considero aqui como a minha segunda casa.”



A capoeira, ao lado do futebol, era uma das atividades praticadas no *campi* pelos moradores do CEU.

Dos rios do Maranhão para o Lago Paranoá

O maranhense Samuel Luz, do sexto semestre de Pedagogia, deixou os rios do seu estado para se aventurar no lago Paranoá e chegou na CEU após a reforma. A moradia pesou em sua escolha: “Pesquisei quais universidades ofereciam esse suporte para os alunos e descobri que a moradia da UnB era muito boa em comparação com outras”. Ao se mudar para Brasília ficou na casa de amigos na cidade-satélite de Planaltina, até sair o resultado dos editais de assistência estudantil. Samuel lembra que o processo de adaptação ao se mudar para a CEU foi difícil. “Não sentia que estava em casa. Tinha a

sensação que estava na escola e os meus pais me esqueceram de me buscar. Com o passar do tempo, acredito que me acostumei”.

De acordo com o estudante, esse sentimento foi diminuindo em virtude do acolhimento que recebeu dos colegas com quem dividia o apartamento, mas o que não se alterou foi a sensação de isolamento. “A gente fica muito limitado para fazer as atividades do dia-a-dia. Dependentes da única linha de ônibus, qualquer coisa que você precise fica mais difícil”. Assim como foi para Helival, Paulino e Adalberto, para o jovem maranhense a CEU é crucial para a continuidade de sua formação. “É muito provável que eu não teria conseguido me manter na universidade, porque a gente vive uma dinâmica social que infelizmente não nos ajuda. Eu não me vejo terminando o curso sem a moradia”.

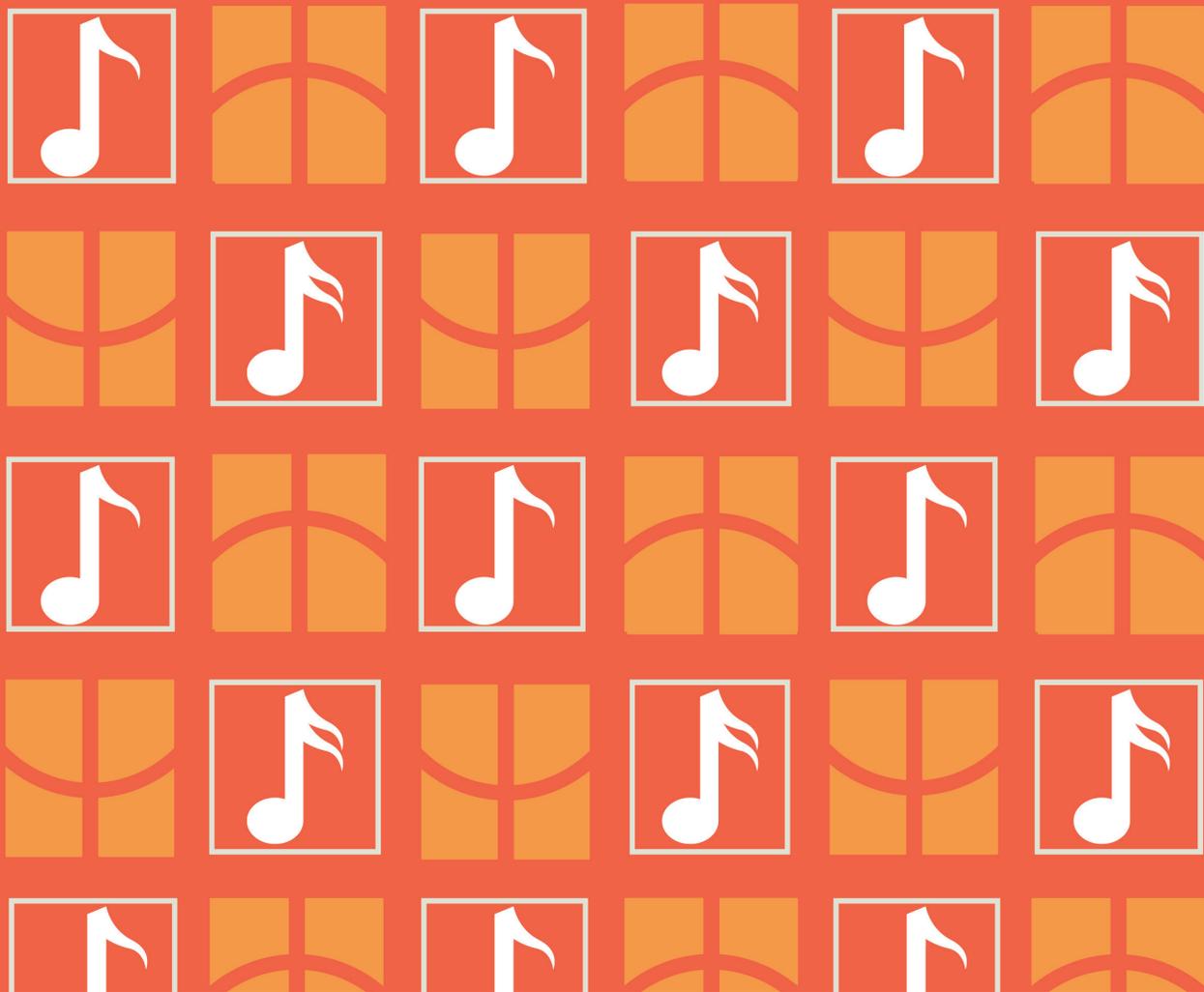
Sentimento de liberdade

A casa do estudante, em muitos dos casos, é a primeira experiência que os jovens têm na vida fora das famílias e as responsabilidades e demandas de morar sozinho é um desafio. Ellem Nathalia, 23 anos, estudante de Arquivologia desde o segundo semestre de 2017, teve que esperar quase um ano para conseguir a vaga da moradia. Foi um período muito difícil, pois o curso é noturno e ela morava no Pedregal, cidade de Goiás no entorno de Brasília. “Ficava muito pesado e perigoso voltar para casa tarde todos os dias. Além disso, a passagem era muito cara”, conta. O seu nome na lista dos novos moradores foi celebrado. “Fiquei meio insegura de morar com outras pessoas, no começo, ficava apenas no meu quarto. Mas o sentimento de liberdade transbordava mais e hoje a CEU é o meu lar”.

Um dos ambientes disponíveis para o uso de todos é a sala de convivência, local

com mesas de jogos, televisão e até um fogão. Foi neste espaço que o morador Emanuel Saraiva, 23 anos, participou da oficina de culinária, oferecida por uma moradora. “Foi um dia incrível, aprendemos a fazer várias sobremesas vegetarianas, uma torta de limão trufada que eu adoro e é deliciosa”, relembra.

O estudante do quinto semestre do curso de farmácia mora na CEU há quase dois anos e diz que há melhorias a serem feitas. “A criação de políticas de respeito às diferenças, construção de uma lavanderia coletiva, bancos, redários e de uma praça ao ar livre”, por exemplo. Ele conta que a chave para uma relação saudável entre os residentes é o diálogo. “É uma moradia coletiva que possui uma diversidade muito grande. Então é muito importante que se tenha respeito a todos e todas as culturas, com a construção de uma rotina no apartamento que evite conflitos”.



AS NOTAS

QUE FORMAM A IDENTIDADE DO QUADRADINHO

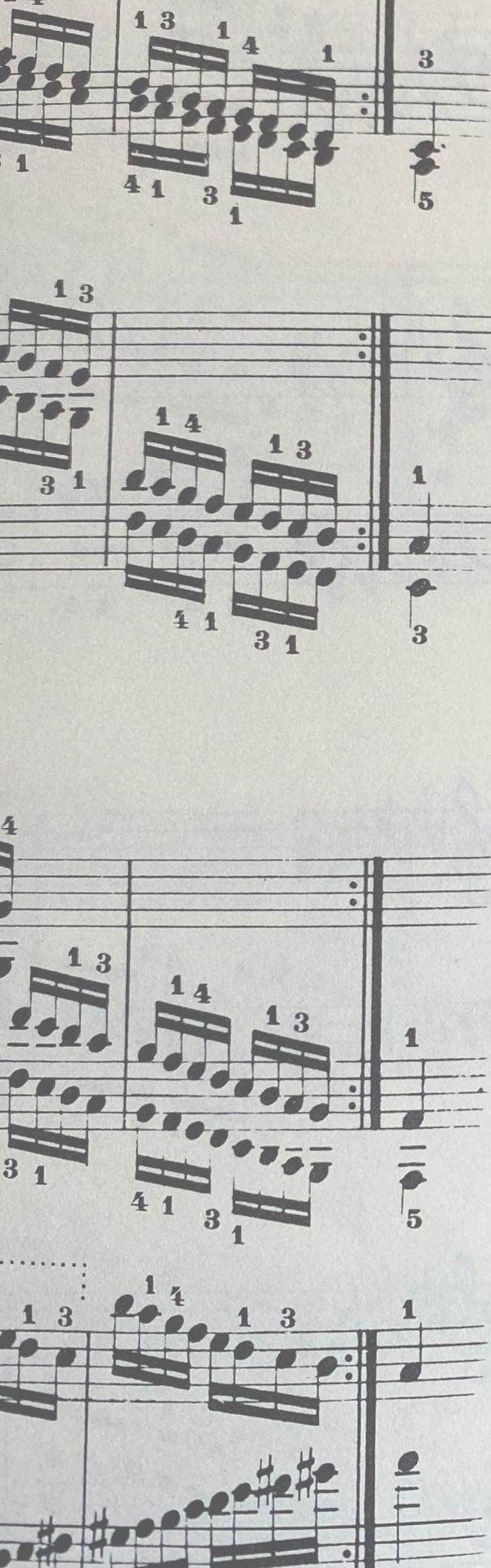
*O rock como referência e o rap como influência nas periferias
brasilienses*

TEXTO Millena Gomes
FOTOGRAFIA Vitória Almeida
DIAGRAMAÇÃO Raphael Pati
ILUSTRAÇÃO Emanuel Felizardo

Inaugurada em 1960 e tombada como Patrimônio da Humanidade, em 1987, pela Unesco, Brasília recebeu, e recebe até hoje, brasileiros de diversos cantos do país que buscam abrigar-se na capital por vários fatores. Abraçando culturas de cada pedacinho do Brasil, do sotaque à gastronomia, dos costumes ao cenário musical. Cenário este, que aliás, ficou conhecido como “Brasília, a capital do *rock*”.

A história começou assim: Brasília foi pensada como a capital política, a transferência das funções administrativa e diplomática do Rio de Janeiro para o novo projeto, o Plano Piloto da cidade, também trouxe uma mistura de identidades, de culturas e costumes. Além da população

operária, os principais responsáveis pela construção da cidade no Planalto Central do País, estavam aqui políticos e administradores de diversas áreas, vinculados ao Governo Federal. Entre eles, funcionários públicos, professores, policiais, diplomatas e outras classes trabalhadoras que começavam a formar o cenário socioeconômico da nova capital do País. Muitos trabalhadores, no entanto, não vieram sozinhos, já traziam suas famílias. Os filhos de alguns deles, especialmente de diplomatas, residiram um tempo lá fora, em Países como os Estados Unidos e Inglaterra, e voltaram trazendo um pouco da cultura musical do *rock* e *punk rock*. Assim, a influência do rock em Brasília é muito grande principalmente em áreas nobres.



Na cidade o *rock* teve início na década de 1960, com a gravação do primeiro álbum da banda brasileira Os Primitivos, formada por Everardo Correia, Carlos Alberto, Edson Sampaio, Luizinho, Armandinho e George Delano. O disco, porém, foi lançado apenas em 1967. Nessa mesma época, o *punk rock* causa grande repercussão no Reino Unido. Como nova capital política e administrativa do país, Brasília recebia como principal residência, muitos diplomatas estrangeiros que traziam seus filhos para morar no Distrito Federal, essa imigração resultou em uma mistura de culturas musicais deixadas por aqui. Era formado, naquele momento, as primeiras evidências da, até então, “cidade sem identidade”, conhecida como tal até pouco tempo atrás.

O CRESCIMENTO DO MOVIMENTO

Nacionalmente conhecida como “a capital do *rock*”, Brasília é berço de muitas bandas famosas do gênero, como Legião Urbana, Capital Inicial, Los Hermanos, Paralamas do Sucesso e por aí vai. Mas o título não veio por acaso, o movimento chegou de mansinho, instalando-se no Planalto Central, formando o primeiro traço de sua identidade. No final da década de 1970, um grupo de jovens veio do Rio de Janeiro para morar com os pais na nova capital, entre eles, os irmãos Felipe e Flávio Lemos, Renato Manfredini Júnior (mais tarde reconhecido como Renato Russo), Dinho Ouro Preto, Herbert Vianna e Bi Ribeiro, que participavam de um grupo conhecido

como “A Turma”, que se encontrava nos bares e nas superquadras para ouvir música. Ali nascia os primeiros ensaios e discussões sobre a nova descoberta musical. Foi nessa época que a banda Aborto Elétrico deu suas primeiras notas, iniciando o movimento.



Vadim Arsky relembra o início do Rock de Brasília

O professor Vadim Arsky, atual chefe do departamento de música na Universidade de Brasília, chegou a ver os primeiros toques e acordes de Renato Russo no palco, viu nascer o movimento. “Eu vivi também essa época, porque quando eu tocava *jazz*

**BRASÍLIA RECEBIA MUITOS
DIPLOMATAS ESTRANGEIROS
QUE TRAZIAM SEUS FILHOS,
ESSA IMIGRAÇÃO RESULTOU
EM UMA MISTURA DE
CULTURAS MÚSICAIS**

e participava desses festivais, eu subia no palco com meu grupo e ouvia a reação do público e logo em seguida surgia um grupo que estava despontando na época, que chamava-se Aborto Elétrico. Com o Renato Russo, o Fê, o Flávio e todo o pessoal”, relembra o professor, que tem um longo currículo na música, passando por lugares como a Escola de Música e Orquestra Sinfônica de Brasília.

“O Renato [Russo] colocava todo o microfone dele na garganta, gritava e o pessoal achava o máximo!

- Vadim Arsky”

Surgia ali os primeiros passos do rock nacional, diferente até mesmo para quem estava acostumado com o cenário musical ao redor do mundo, como é o caso de Vadim Arsky. “O Renato [Russo] colocava todo o microfone dele na garganta, gritava e o pessoal achava o máximo! Eu não entendia nada, e mesmo depois das apresentações, o Renato vinha até me consolar, e falava: não, você é bom! Você é bom!”, comenta o saxofonista entre risos. “Naquela época eu via tudo, né? Eu estava aqui e via chegar o pessoal do Terço, Boca Livre, Caetano, todo mundo vinha fazer show em Brasília. E, de repente, eu comecei a ver um grupo diferente, um grupo de *punk* aparecendo e eles se deslocando pela cidade de um lado pro outro, começando a tomar conta do cenário” completa Arsky.

O NASCIMENTO DE OUTROS GÊNEROS MUSICAIS

Em um contexto de pobreza, desemprego e violência, o hip hop surgiu nos Estados Unidos entre 1969 e 1970, um período de pós industrialização em que o trabalho manual passou a ser substituído por máquinas e muitas pessoas perderam o emprego. Isso favoreceu o crescimento das áreas periféricas e consequentemente aumentou a violência e o uso de drogas. Dentro desse cenário, alguns jovens viam como um refúgio festas com competições musicais, danças e pinturas em muros. Em pouco tempo, a cultura do hip hop já tinha uma estrutura e espalhava-se pelo mundo como expressão artística e protesto social.

O hip hop chegou ao Brasil quando o rock nacional já estava em seu auge, principalmente no centro do país, onde a capital se firmou. Brasília foi crescendo, tanto economicamente quanto socialmente e, apesar da identidade cultural ainda meio indefinida, outros gêneros musicais se tornaram muito influentes. Foi o caso do rap, uma espécie de vertente do hip hop. A diferença era o contexto em que os gêneros rock e hip hop estavam inseridos. O rock era censurado pelo período ditatorial implantado no País a partir de 1964, enquanto o hip hop, que surgiu no Brasil já no final desse período, frisava, e ainda frisa, todas as dores sociais vividas por moradores da periferia.

Com o crescimento geográfico do Distrito Federal e o surgimento de outras regiões administrativas, a pobreza, a criminalidade e a desigualdade também aumentaram e se tornaram temas centrais dos novos gêneros. Hoje ainda carregado de preconceitos, mas com mais espaços do que 40 anos atrás, o rap/hip hop se tornou um dos gêneros mais ouvidos no país, e um dos principais gêneros escutados nas periferias do Distrito Federal. Entre 1990 e o início dos anos 2000 nomes como Tribo da Periferia, Pacificadores e Hungria Hip Hop marcavam o começo do que seria também considerado identidade de Brasília.

INFLUÊNCIA DO HIP HOP E DAS BATALHAS DE RIMA NAS PERIFÉRIAS DO DF

O duelo funciona assim: os organizadores anotam o nome de quem vai participar dessa guerra articulada, geralmente 16 MCs que disputam em 8 rounds, e cada um é eliminado para que no final haja um vence-

dor. Ou eles podem fazer o modelo bate e volta, onde dois competidores se confrontam na primeira rodada com oito rimas cada um e quatro rimas no segundo round. Ou rimar durante 40 segundos em quatro rodadas. Seja como for, o rapper precisa ter um pensamento rápido, argumentos fortes para tirar o adversário da pista e, claro, organizar os pensamentos de forma crítica. Com coragem, talento, um beat e os gritos de emoção de quem está acompanhando cada verso solto, são formadas as batalhas de rimas de rap. Com pensamentos rápidos e rimas perspicazes, o Distrito Federal tem aproximadamente 40 batalhas de rima, que acontecem, pelo menos uma, em cada região administrativa.

COM PENSAMENTOS RÁPIDOS E RIMAS PERSPICAZES, O DF TEM APROXIMADAMENTE 40 BATALHAS DE RIMA

Não se tem um registro oficial de quando as batalhas começaram a surgir em Brasília, mas as mais antigas são a Calango Pensante, de 2010, Batalha do Museu e Batalha do Neurônio, ambas de 2012, Batalha das Gurias de 2013 e a Batalha da Escada, realizada na Universidade de Brasília,

que surgiu em 2015. Da Batalha do Museu, que acontece no Museu da República, e carrega um perfil de 48 mil seguidores nas redes sociais, à batalhas com públicos menores, como a Batalha do Paranoá, que existe há quatro anos e reúne um grupo de cerca de 100 pessoas, as atividades precisam seguir uma única característica: expressar, através da música, as angústias de quem vive na periferia, e a consciência política da prática cultural do rap. A Batalha do Paranoá acontece todas as sextas-feiras na praça principal, com a autorização da administração da cidade.

O rapper arquiteto Airton Reis, de 29 anos, participa da Batalha do Paranoá há quatro anos, trabalha com música desde 2012, como DJ, e faz suas rimas desde 2017, quando participou da batalha pela primeira vez e levou a melhor. Nesse meio tempo, Reis, como é conhecido nas disputas, foi chamado para trabalhar como produtor musical do Canidae Audiovisual, um estúdio pequeno focado para o trap, um subgênero do hip hop, misturado com o rap. Com um perfil artístico de um pouco mais de 3.800 seguidores em suas redes sociais, o MC diz que “o rap é muito periférico, começa nas periferias falando sobre os problemas sociais e tudo mais. O rock também tem essa pegada, mas antigamente era um público muito privado que conseguia



*Isso aqui é hip hop,
Direito de se expressar,
Batalha do?
Paranoá
Batalha do?
Paranoá*

ir num show, porque tinha ingresso caro. Então, a periferia não alcançava isso. O rap você consegue ver que é realizado em um espaço aberto, na praça, qualquer pessoa pode ver. A periferia veio pegando isso aos poucos, era marginalizado e até chegar nessa alta classe demorou. Hoje, todo mundo escuta”. O rock nacional e o rap brasileiro têm muito a acrescentar na identidade cultural da capital, mas apenas o primeiro ainda é muito prestigiado, o hip hop precisa ainda convencer as pessoas de que sua lírica tem conteúdo político e social. “Se veio da periferia é de bandido, não presta. Às vezes nem para para interpretar”, completa Airton.

Para o estudante de educação física João Paulo Carvalho da Nóbrega, de 20 anos, que participa da organização do evento sempre que pode, as batalhas ainda são pouco aceitas, porque o rap denuncia a forma como os jovens da periferia, principalmente do Paranoá, vivem. “O hip hop trabalha com uma batida mais escrachada, mais suja aos ouvidos. Não que quem é de periferia não possa escutar, mas o rock é mais para essa galera mais de alto padrão. E tem denúncias no meio do hip hop, que é justamente a forma como essa galera vive”, desabafa.

O ajudante de pintor Raphael, mais conhecido como Fael nas batalhas, de 21 anos afirma: “O rap na minha vida não é só influência, é minha vivência. Tudo o que eu vivo é rap. Hoje em dia as pessoas têm um certo receio, um pé atrás com o rap por ser muito ligado à marginalização, com drogas. Porque quem faz rap é quem é do gueto, tá ligado? E agora, se tu for olhar para trás, o rock nacional era tirado como algo de uma classe mais alta”. E de fato, uma das características principais do rap é a denúncia e o desabafo de pessoas que vivem em um ambiente rodeado pela violência e a pobreza. Ao analisar o histórico social do Brasil, conseguimos perceber o motivo do rap ser tão influente nas periferias do país.

Foto: Facebook da Batalha da Escada



Aos 14 anos, Victor Braiz ou Gael, como assina seu nome nas rimas, já participava em pequenas rodas na escola onde estudava e iniciou ali sua trajetória na cultura do hip hop. Hoje, aos 21, Victor carrega uma trajetória bastante longa em torneios regionais e chegou a produzir uma faixa musical para o canal no YouTube do produtor Reis. Para Victor, o cenário ditatorial onde o rock nacional nasceu, onde as letras das músicas precisavam ser mascaradas, facilitou o processo de elevar o rock em Brasília a nível de torná-lo o principal cenário musical da região. “Acredito que o contexto onde o rock estava inserido facilitou pra ser mais reconhecido”.

BATALHA DA ESCADA - O HIP HOP NA UNB

Foi criada em 2015 por Stei (Raphael Steigleder), Stroga (Rafael Montenegro), Good (André Henrique) e Pedro Além (Pedro Alencar), um grupo de alunos que apreciavam o rap. A Batalha da Escada, era realizada geralmente às quartas no Te-

atro de Arena, campus Darcy Ribeiro, às 18 horas. Beatriz Viana Barboza Torres de Oliveira, que participa do projeto desde 2019, conta que no início o grupo tinha um pouco de dificuldade de realizar a batalha porque a energia era cortada e dificultava as apresentações do grupo. Em 2017, a professora da Faculdade de Comunicação (FAC) Márcia Marques identificou o que estavam fazendo como um projeto de extensão e apadrinhou o trabalho, tornando-se a professora coordenadora do projeto até os dias de hoje.

“Em 2017 a gente virou projeto de extensão, porque teve também um movimento, em gestão de reitorias passadas, em que a batalha era uma discussão. Cortavam a energia e tinha que ligar pro segurança, o Stroga ligava no Procon. E aí a professora Márcia Marques percebeu que o que a gente *tava* fazendo ali era um projeto de extensão e aí apadrinhou o nosso projeto”, relembra Beatriz.

Ela conta também que um dos objetivos do projeto é inserir a cultura do *hip hop* dentro da universidade. “O *hip hop*

é um movimento de rua, um movimento cultural, um movimento social. A gente entende o *hip hop* como algo que extrapola essa questão artística da rima, *rap*, dança, do grafite”, completa.

Hoje, depois de passar por um período de luta por um espaço e pela liberdade de poder compartilhar a cultura de rua em um ambiente onde pouco falava-se em cultura do *hip hop*, a Batalha da Escada é reconhecida em todo o DF e conta com o apoio da FAC e do Decanato de Extensão, o DEX.

“O rap você consegue ver que é realizado em um espaço aberto, na praça, qualquer pessoa pode ver. A periferia veio pegando isso aos poucos, era marginalizado e até chegar nessa alta classe demorou. Hoje, todo mundo escuta.”

AIRTON REIS ”

Bola pro alto

A ONDA DO FUTEVÔLEI NO DF

O esporte das praias cariocas que cruzou quilômetros para se tornar um dos favoritos do brasiliense.



TEXTO Gustavo França
FOTOGRAFIA Gustavo França
DIAGRAMAÇÃO Maria Clara Martinez
ILUSTRAÇÕES Maria Clara Rezende

Bronze em dia. Protetor solar no corpo. Sunga ou biquíni por baixo do short de praia e regata. Chinelo no pé. Bola embaixo do braço. Garrafa de água na mochila. Tudo devidamente pronto.

Mensagem no grupo para saber se alguém já chegou. Quem chegou primeiro já montou a rede. Faz o “morriinho” de areia no fundo da marcação da quadra. Bola para o alto. Cabeceios, peitadas, ombro, coxa, chapa do pé. Quem perde sai. Dia quente, sol rachando. Enquanto não volta para a quadra, banho no chuveirinho para dar aquela refrescada. Uma água de coco ou cerveja para ajudar a amenizar o calor. Música ao fundo, normalmente um samba ou pagode tocando na caixa de som. Três, cinco, oito, ou até mais partidas jogadas, perde-se a conta. Quem foi derrotado na última desmonta a rede. Vitórias e derrotas são discutidas na resenha que acontece depois dos jogos:

“- As notícias hoje não foram boas para vocês, hein?
- Para a gente? E aquela partida em que você tomou palmada?
- Para com isso, você sempre vai ser meu cliente.
- Vamos valendo um Gatorade na próxima vez.”

Essas são características e conversas habituais de um dia de futevôlei, em alguma praia do litoral brasileiro, ou não só lá. O esporte tem feito escola em outros locais. Um deles é a capital federal. Mesmo que Brasília esteja localizada a 1.165,8 quilômetros da praia de Copacabana, local onde nasceu o futevôlei, muitos brasilienses vivem essa experiência semanalmente e podem desfrutar deste esporte em suas rotinas.

Para o engenheiro civil de 28 anos Alberto França, jogar futevôlei ajuda a esquecer por algumas horas as preocu-

pações da vida corrida. “Hoje, sair do trabalho e ir treinar me faz descarregar todo aquele stress do dia a dia e me proporciona uma qualidade de vida única. Pretendo sempre estar por aí colocando a bola pro alto e me divertindo com meus amigos de pelada.”

O sonho de ter uma praia em meio ao clima seco do cerrado tem se tornado “realidade” para alguns, mesmo sem um mar. A cidade cujo centro é a política do país tem se destacado de outro jeito. O que tem roubado a cena são quadras de areia, com formato de retângulo medindo 18 metros de comprimento por 9 metros de largura. Hoje é o ponto de encontro de milhares de brasilienses toda semana.

A administradora Fernanda Farias, de 25 anos, resolveu jogar porque precisava se exercitar. “Eu não gosto de academia, eu acho muito estática. Vi no futevôlei uma oportunidade, por ser um esporte dinâmico, por ser legal, por trabalhar até a parceria né? Porque você não joga sozinho, então tem que aprender a jogar junto com o outro.” Além disso, o treino se tornou algo prazeroso para Fernanda. “É um tempo de me divertir, acima de qualquer coisa. Pra mim representa muito uma válvula de escape e um reforço à minha saúde”, diz.

Já para André Medeiros, estudante de Educação Física, que jogou futebol quando era

mais novo, treinar futevôlei é uma forma de estar sempre se exercitando, já que no futebol ele não joga mais como antes, apenas participando de peladas. “Neste esporte você consegue regularizar, você consegue manter o seu desenvolvimento físico, consegue um condicionamento e a sua saúde de uma forma muito dinâmica.”

O futevôlei se tornou febre na cidade, sendo o segundo esporte mais praticado. Perde apenas para a corrida de rua, de acordo com a Federação Metropolitana de Futevôlei de Brasília. Pode ser praticado por pessoas de várias idades, entre homens, mulheres e crianças. A prática da atividade física com os pés na areia, somada à produção de vitamina D, são alguns dos fatores que mais chamam a atenção do morador da capital. É um esporte que precisa do corpo inteiro para ser jogado e tonifica principalmente pernas e abdômen, o que deixa os praticantes com os “gominhos”.

A advogada Natália Telles, de 25 anos, buscou no futevôlei uma mistura de lazer e saúde. “Em busca de um novo esporte para me dedicar, com o intuito de melhorar esteticamente, meu namorado me apresentou o futevôlei, e o resultado foi incrível. Hoje, jogar é um hobby, que tem as melhores consequências: resistência física, fazer amizades e me sentir melhor comigo mesma.”

LUGARES PARA A PRÁTICA NO DF

Não se sabe ao certo quando o esporte chegou à cidade, mas ao se falar em futevôlei aqui, o que vem à mente primeiro é Parque da Cidade. Localizado na Asa Sul, o lugar é um dos principais pontos para a modalidade em Brasília. Um dos responsáveis pela difusão é o carioca Edivan Souza, idealizador do centro de treinamento Ilha do Futevôlei. Próximo ao parque Nicolândia, o projeto começou em 2008 e se tornou uma das referências no esporte, sendo conhecido por muitos jogadores profissionais dentro e fora do DF.

Edivan conta que, quando veio para Brasília, praticar o futevôlei na cidade era bem difícil. Em 1998, quando começou a jogar o esporte em terras brasilienses, não existiam muitos espaços para praticar a modalidade. “O cenário aqui era bem escasso, a gente começou a jogar em uma quadra lá perto do Gibão (tradicional restaurante que fica dentro do Parque da Cidade) e em outro lugar em um espaço residencial. Essa quadra da Ilha do Futevôlei surgiu de um campeonato de vôlei mundial realizado na época.”

Para ele, o futevôlei chama bastante a atenção dos brasilienses. “O povo de Brasília é mestiço de todos os estados, é um povo muito atleta, que gosta de esportes e atividades. O Parque da Cidade é a praia daqui, depois da pandemia explodiu, porque todo mundo quer esporte ao ar livre.”

Segundo o carioca, é muito fácil praticar o futevôlei. Mesmo com a bola própria para o esporte custando cerca de 450 reais nas lojas, o aluno paga apenas a mensalidade e faz a aula de sunga mesmo, se preferir. É diferente, por exemplo, do beach tennis, no qual o aluno precisa ter uma raquete que pode chegar a custar mais de 600 reais.”

GRAQUE A GENTE FAZ EM CASA

Com Brasília sendo referência no futevôlei, a profissionalização do esporte na capital tem crescido. Mesmo sem praia na cidade, diversos jogadores se destacam nas principais competições profissionais da modalidade no Brasil e no mundo. Conheça dois deles:

Lana

Lana Miranda tem 39 anos, sendo 25 deles dedicados ao futevôlei. É uma das pioneiras do esporte na cidade. Dona de 10 títulos mundiais e 20 brasileiros, a atleta possui uma carreira recheada de vitórias. Ao lado de sua parceira Josy, ela atingiu o topo da modalidade em 2020 em um dos principais circuitos deste esporte atualmente, o Team Águia Footvolley Cup (TAFC).

Lana teve a caminhada no esporte iniciada no futebol. Com primos e irmão que jogavam bola, ela não teve como fugir disso. Começou a jogar futsal pela seleção de Brasília, logo em seguida passou para o campo. Uma lesão no joelho fez com que a atleta tivesse seus primeiros contatos com a areia. “Eu precisei fazer um trabalho de fortalecimento na areia, bem na época que o futevôlei estava chegando a Brasília. Comecei a jogar e gostei, até voltei para o futebol, só que comecei a intercalar jogando os dois. No futevôlei comecei a competir, ganhar dinheiro, tive competições fora de Brasília. Foi aí que eu decidi não jogar mais futebol.”

A brasiliense teve no futevôlei tudo aquilo que sonhou um dia ganhar no futebol. “Fui para o meu primeiro mundial de futevôlei com 17 anos. Isso pra mim foi um marco. Aquele sonho que eu tinha de ser uma campeã mundial, consegui concretizar muito nova pelo futevôlei. De lá para cá nunca mais eu larguei e me profissionalizei.”



Se para os homens já era difícil conseguir jogar por conta da falta de lugares para a prática na cidade, para Lana era ainda pior. Com o preconceito por ser mulher, ela precisou vencer muitos jogos fora de quadra também, para se tornar quem é hoje.

Eu fui uma das primeiras atletas de Brasília. Na escolinha eu fui a primeira mulher. Naquela época o masculino era sempre mais visado, as premiações eram muito maiores. O preconceito sempre existiu.

Lana usou as discriminações sofridas como uma forma de incentivo em mostrar que quem a tratava assim estava errado. “Eu falo que se hoje eu estou aqui é porque um homem lá atrás disse que eu não conseguiria. Isso foi uma força maior para me trazer até aqui, me deu muitos motivos para chegar onde estou hoje.”

Praia do cerrado

Lana ajuda na organização do evento Praia do Cerrado, campeonato de nível nacional que se consolidou em Brasília. O projeto é confirmado no calendário do Parque da Cidade, tendo sete edições realizadas até agora. O último, em 2020,



Lana faz aulas de futevôlei no parque

teve a presença de diversos craques do futevôlei, como Natália Guitler, Bianca, Anderson Águia e Brisa, além da própria Lana e sua dupla Josy.

O evento tem como objetivo quebrar um pouco do preconceito sofrido por ela em campeonatos realizados pelo Brasil e pelo mundo. Segundo Lana, não faz sentido a premiação feminina ser menor que a masculina. “No último campeonato, foram 11 mil reais para o masculino e 11 mil para o feminino na categoria profissional. As mulheres gastam dinheiro da mesma forma, tem que viajar do mesmo jeito, gastam com treino e uniforme, tal como os homens. Não faz sentido a premiação do masculino ser maior. A partir daí outros campeonatos começaram a ver isso.”

Dandan

Cria da casa, Daniel Souza, de 27 anos, mais conhecido como Dandan, é outro jogador do DF que leva o nome da cidade nas competições de que participa. Diferentemente da maioria, o atleta já começou no futevôlei, sequer passou pelo futebol. Filho do Edivan, o jovem cresceu com os pés nas areias. “Comecei pequeno, veio de berço. Eu não tive



Daniel Souza, o Dandan

escolha de ir para o futebol, fui direto para o futevôlei. Comecei nessa trajetória com 5 anos. Aos 9 anos foi meu primeiro torneio, eu fui a única criança da cidade que jogou.”

O atleta começou a brincar de bola com o pai desde pequeno. Edivan conta que não pressionou o filho, ele foi praticando o futevôlei até se tornar profissional. “A gente jogava altinha na praia, eu brincava com ele. Ele sempre levou o futevôlei na brincadeira. Criança você não pode obrigar, tem que deixar à vontade. Quando cresceu, resolveu tornar a brincadeira o seu trabalho.”

Dandan chegou a ter dificuldades no esporte, precisou da ajuda do pai para viajar e para jogar algumas competições. Para ele, o esporte ainda deixa a desejar nesse quesito. “Nesse ponto ainda é muito amador. Querendo ou não, Brasília não é um tipo de lugar que ajuda isso. Tanto patrocinador para fazer evento, quanto para ajudar a gente. Aqui conseguimos alguns parceiros: fisioterapeuta, nutricionista. Ainda não dá para se manter só jogando, só se você for o melhor do mundo e sempre ganhar um torneio de 4 mil, 6 mil reais todo final de semana.”



CRESCIMENTO DO FUTEVÔLEI NA CIDADE

A busca por escolinhas tem aumentado bastante nos últimos anos. Por ser um esporte ao ar livre, pessoas de todas as idades têm procurado cada vez mais o futevôlei. As turmas vão do iniciante ao avançado e as aulas acontecem em diferentes períodos do dia.

Marcos Martins, professor do Futevôlei Brasília (centro de treinamento localizado na Ascade – Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados – no Setor de Clubes Sul) acredita que essa procura pode ter acontecido por dois motivos. “Um fator que fez crescer é a profissionalização de algumas ligas nacionais. Nos últimos anos criaram-se algumas ligas com uma estrutura muito boa, com atletas de alto nível, e a transmissão dos campeonatos ajudou bastante. Além disso, a participação de alguns atletas de Brasília no cenário nacional despertou interesse do público.”

O futevôlei ajudou Marcos a realizar o sonho de ensinar. “O que me levou a querer ser professor foi uma paixão que eu tenho, a de transmitir conhecimento. É uma área da minha vida que eu gosto, a de passar a informação para as outras pessoas. Como uma fonte de transmissão de informação, à medida que você vai se envolvendo com o esporte, rolando alguns torneios, ganhando alguns, perdendo outros, você vai ganhando conhecimento de causa.”

EMPREENDEDIMENTO NA ÁREA

O futevôlei vai além do só jogar. O esporte tem chamado a atenção também de empresários, que encontraram na modalidade um espaço comercial a ser explorado. O engenheiro civil Igor Felliipe, de 31 anos, um dos três sócios do espaço Arena 61, localizado no Setor de Mansões Park Way, decidiu entrar de cabeça no futevôlei e agora colhe frutos do esporte.

O sonho do empresário, que começou com um projeto pequeno em 2018, hoje está se expandindo devido à grande procura no DF. “Eu fui o

precursor da ideia, que era montar uma arena pequena com um campo e uma quadra de areia apenas, um negócio menor. Consegui convencer dois amigos a toparem.”

Os três começaram a obra do espaço em outubro de 2018 e o inauguraram em meados de março de 2019. No começo foram construídas duas quadras de areia, mas com a demanda de alunos foi preciso fazer mais duas. Segundo Igor, a ideia é expandir para seis, por causa da alta procura de praticantes.

Para o empresário, um dos motivos de a Arena 61 fazer tanto sucesso é o fato de ser localizada fora dos tradicionais clubes de Brasília que ficam na beira do Lago Paranoá, o que traz mais opções para quem mora afastado do Plano Piloto. “A cidade sempre foi um celeiro do esporte, por ser tão forte aqui, que eu resolvi crescer com esse projeto. Mas sempre foi forte lá nos clubes, aqui era muito carente de local para jogar. Hoje a gente tem 230 alunos, é uma crescente exponencial, com um público feminino grande querendo aprender.”

O esporte tem sido bastante rentável para

os donos do local. Mesmo com o aluguel do espaço no valor de 16 mil reais por mês, os sócios ganham em média 20 por cento do faturamento bruto dos serviços oferecidos no espaço, que são: aulas de futevôlei, com mensalidades no valor de 180 reais; aluguel de campo society; bar.

Além disso, o local oferece um ambiente, que, segundo o sócio, se aproxima da praia. “Aqui na Arena o diferencial é o clima. Tem um pôr do sol incrível. No local venta muito, o que lembra um pouco aquela brisa do litoral. A gente sempre tenta levar esse clima de praia, resenha, água de coco. Até umas apostinhas de vez em quando entre os alunos, como rola na praia.”

De março a julho de 2020, a Arena 61 ficou com as portas fechadas por causa do novo coronavírus. Foi um período difícil para o lugar, segundo Igor. “A gente estava caminhando para chegar num ponto médio da empresa, em questão de alunos e rentabilidade, mas com isso deu um baque muito grande, tivemos que fechar. Na época da pandemia a gente estava com mais ou menos 150 alunos, chegamos a ficar com 23. Foi receita zero. Conseguimos passar por isso, mas foi complicado financeiramente.”



PAIXÃO QUE NÃO CABE NOS PÉS

O repórter conta sobre a sua experiência com o futevôlei

Outubro de 2020, exatamente seis meses depois do início de uma pandemia de um vírus novo. Algumas atividades voltam ao “normal” em Brasília, entre elas, os espaços para prática do futevôlei. Em uma conversa com dois amigos bem próximos, rola o convite. Os dois, que há pouco tempo haviam começado a jogar, comentam que estão treinando em uma quadra pública, de um pequeno parque localizado na Metropolitana – Núcleo Bandeirante. A vontade de ir pelo menos experimentar cresce. Cheguei em casa e comentei com meu irmão mais velho sobre a possibilidade de a gente ir lá. Ele topa. No dia do treino, eu não sabia nem com que tipo de roupa poderia ir, “sungá não dá, o treino é 19h, vou com roupa de academia mesmo, deve ser isso”.

Já no lugar, aquela ansiedade de quando se começa algo novo. A gente meio tímido em falar com o professor, com aquela cara de quem diz “como faz para participar?”. Ele logo percebe e pergunta se tínhamos ido treinar. Pronto, tudo em casa. A gente explica a história toda, e ele logo chama para tirar o chinelo e entrar na quadra.

Começa o aquecimento, nada como pisar na areia, sentimento de liberdade. Depois, sempre um momento de oração, o que chamou muito a

atenção, em nenhum lugar como academias de musculação ou qualquer outra coisa do tipo alguém se preocupa com isso. O professor diz que aquele momento acontece todos os dias, independentemente de crenças ou religiões, e quem não se sentir à vontade não precisa participar. É um momento de família, em que todos se sentem em casa, e eu fui um deles.

Início de treino, bola rolando, ou melhor, bola voando. Foi amor ao primeiro chute. Nunca foi tão difícil colocar aquela bola para o alto. Não é como o futebol que você simplesmente chuta e a bola vai. É algo “mágico”, matemático. A bola precisa fazer a parábola perfeita. E aí está a graça. A movimentação do corpo precisa ser ideal. Chapa direita. Chapa esquerda. Coxa direita. Coxa esquerda. Ombro direito. Ombro esquerdo. Peito. Cabeça. Nada sai do jeito que deveria. Faz, repete. Faz, repete. Faz, repete. Até cansar. E cansa. A bola dói, arde. Alguém sempre diz “é só no início, depois o corpo fica calejado e não sente mais nada”. No final do treino, o famoso rachão, o que move todo boleiro. Os incansáveis ficam.

No dia seguinte, corpo cheio de hematomas. Se tivesse ido para o treino de luta, teria sido menos pior. Nada que um gelinho não resolva. O bom e velho conhecido dos boleiros. E aquele gostinho de quero mais ficou. O que resta é calçar a chuteira, ou melhor, a sunga, e ir para o jogo.

Dia de treino, a ansiedade para dar 19h começa logo cedo. Tempo livre é sempre assistindo a um jogo de algum campeonato. No final de semana sempre na expectativa daquela peladinha de domingo. Ali é outra coisa. O famoso “treino é treino, jogo é jogo” é colocado à prova. Vale tudo, até bola de primeira. Quem não quer pegar próxima, usa das armas que tem.



Aulas de futevôlei são populares no Parque da Cidade

E assim a paixão aumentou. O futevôlei é viciante. Quem experimenta não quer parar, e quem para quer voltar. Não tinha como a receita dar errado. As duas maiores paixões nacionais, futebol e vôlei, misturadas, deram liga. O esporte das praias cariocas é também o esporte das “praias” brasilienses.

REGRAS

São parecidas com as do vôlei, mas usando pés, pernas e cabeça. Não vale usar os braços, antebraços e as mãos. É praticado em uma quadra com as medidas de 9 m de largura e 18 m de comprimento, dividida ao meio por uma rede com 2,15 m de altura para os homens e 2,05 m para as mulheres.

Existem duas entidades reguladoras da modalidade internacionalmente: a Federação Internacional de Futevôlei e a Federação Europeia de Futevôlei. No Brasil, o órgão principal é a CBFv (Confederação Brasileira de Futevôlei).

Os jogos podem acontecer por equipe feita por dois (2x2), três (3x3) ou quatro (4x4) jogadores de cada lado da quadra, mas oficialmente mesmo só existe a primeira opção. O jogo é disputado em sets de 18 pontos, o set desempate de 15.

Fundamentos: Saque, recepção, passe, ataque e defesa

HISTÓRIA

Não se sabe ao certo quem inventou o futevôlei. O esporte foi criado na praia de Copacabana por garotos cariocas conhecidos como “praieiros e ratos de praia”, liderados pelo arquiteto e esportista Otávio Moraes, o Tatá. Com a proibição da prática do futebol nas praias, em 1965, na época do regime militar instaurado no Brasil em 1964, Tatá e seus amigos resolveram experimentar as traves das quadras de vôlei, mas jogando sem tocar a bola com as mãos. O esporte foi se desenvolvendo até chegar ao que é hoje.

O futebol e o futevôlei estreitaram ainda mais as relações. Com inúmeros jogadores de futebol famosos aproveitando o futevôlei em momentos de lazer, quando estavam de férias de seus clubes, o esporte começou a ficar conhecido. Nomes como Romário, Edmundo, Renato Gaúcho, Felipe Maestro, Pedrinho, entre outros, ajudaram a popularizar ainda mais a modalidade na década de 1990. Hoje, o futevôlei vai ainda mais longe. Celebridades como Gustavo Lima, Leonardo, José Aldo e Tirulipa são praticantes fiéis do esporte. Além, é claro, de jogadores da atualidade: Neymar, Thiago Silva, Fred e muitos outros.

TEXTO Gabriel Ponte
DIAGRAMAÇÃO Raphael Pati
FOTOGRAFIA Thais Oliveira
ILUSTRAÇÃO Emanuel Felizardo



AUTONOMIA CENTRAL

Ao ser sancionada em fevereiro de 2021, a autonomia do Banco Central (BC) garantiu à instituição, uma formalização que já era buscada há décadas.

A pauta era promessa de campanha do presidente da República, Jair Bolsonaro, que escolheu Paulo Guedes, um ex-aluno de doutorado da Universidade de Chicago, no Estados Unidos, referência do liberalismo econômico em âmbito global, para ser seu ministro da Economia.

O titular da pasta econômica possui respaldo de parcela significativa dos agentes do mercado financeiro, principalmente pela sua trajetória construída nesse segmento. Na década de 1980, Guedes participou, conjuntamente, da fundação do Banco Pactual. Já nos dias atuais, ao chegar no governo, reiterou, por diversas vezes, que o sonho de um BC autônomo estendia-se por 30 a 40 anos e a “razão é simples. É despolitizar a moeda”. Boa parte do mercado, ainda que com algumas ressalvas, comprou a ideia com entusiasmo e viu, com alívio, o cumprimento da promessa, seguindo a cartilha do ministro.

O mesmo, entretanto, não foi sentido pelos docentes de instituições de ensino, que dividiram-se acerca do tema. O que o leitor acompanhará, nas próximas páginas, é uma síntese do propósito do projeto, abarcando uma contextualização histórica que culminou em sua aprovação, juntamente com a opinião de agentes do mercado e estudiosos do tema.

MERCADO APONTA CONSOLIDAÇÃO ECONÔMICA COM AUTONOMIA DO BC

O mercado financeiro não tem dúvida de que a autonomia do Banco Central (BC) é positiva para a conjuntura econômica do país. O projeto estabelece mandato de quatro anos para o presidente do BC, não coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo, afastando temores de uma eventual ingerência política na autoridade monetária.

De acordo com economistas, apesar de a medida não ser totalmente sentida pela

população no curto prazo, seus benefícios serão obtidos em um horizonte maior de tempo. Assim pensa José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, que também foi coordenador econômico da pré-campanha de Henrique Meirelles à presidência no ano de 2018, e que comandou o BC no governo Lula da Silva (2003-2010).

“A população até pode não sentir, mas na medida em que a autonomia permite ao Banco Central controlar a taxa de inflação a um custo mais baixo, ou seja, uma taxa de juros mais baixa, vai estar gerando menos inflação e mais crescimento, vai aumentar oferta de crédito, diminuir custo de crédito”, explica Camargo.

O projeto, aprovado mais de 50 anos depois da criação do BC, estabelece que a exoneração do chefe da autarquia só pode ocorrer se for submetida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão responsável por fixar objetivos da política monetária, ao presidente da República e depois aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal. Entre os oito dirigentes que integram a diretoria do BC, haverá escalonamento de mandatos, com a possibilidade de recondução para ambos os cargos por mais uma vez.

Na avaliação de Thomaz Sarquis, economista da Eleven Financial Research, o risco de um processo de descontrole infla-

“A população até pode não sentir, mas na medida em que a autonomia permite ao Banco Central controlar a taxa de inflação a um custo mais baixo, ou seja, uma taxa de juros mais baixa, vai estar gerando **menos inflação e mais crescimento**, vai aumentar oferta de crédito, diminuir custo de crédito.”

JOSÉ MÁRCIO CAMARGO

cionário, situação que trouxe alto custo ao país no passado, “diminui muito” com a formalização em lei da autonomia do BC.

“Essa previsibilidade é exatamente o que significa um maior planejamento, uma maior capacidade de investimento do país e um maior alongamento dos horizontes”, afirma. E isso, para Sarquis, determina o sucesso ou fracasso de uma economia.

Apesar disso, a formalização da autonomia do BC não teve vida fácil. O projeto tramitava no Congresso havia mais de 30 anos, sendo que a primeira proposta foi apresentada pelo então senador Itamar Franco (PRN-MG), em novembro de 1989. Coube a Roberto Campos Neto, atual presidente da instituição, articular com o parlamento o entendimento necessário para finalmente aprovar o tema.

COM AUTONOMIA, MAIS MISSÕES

A inserção de mais metas ao BC durante a tramitação do projeto gerou ruído entre os agentes econômicos. Agora, além de assegurar preços estáveis, principal missão da autoridade, a legislação instituiu que a autarquia também tem por objetivo zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.

As metas, no entanto, são hierarquizadas. Ou seja, o “objetivo fundamental” do BC continua sendo a estabilidade de preços, e as demais metas devem ser perseguidas, mas sem prejuízo ao objetivo principal. O estabelecimento de novas missões coloca o BC em linha com instituições de outras economias, como o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) e o Banco Central Europeu (BCE).

Para Luis Otávio Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, apesar da experiência internacional, seria melhor, para o país, não haver a instituição do duplo objetivo. “Em termos teóricos, eu diria que isso não faria muita diferença. Mas, pensando no Brasil, pode abrir uma brecha perigosa. Eu preferia

OS OBJETIVOS DO BANCO CENTRAL

Principal objetivo:

Estabilidade de Preços



Novos objetivos:

Zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro;

Suavizar as flutuações do nível de atividade econômica;
Fomentar o pleno emprego.

que não tivesse, mas isso foi uma barganha para que o projeto ficasse mais palatável”, justifica. Ainda de acordo com ele, mais objetivos possibilitam eventuais questionamentos de que a autoridade monetária não está perseguindo metas que lhe foram atribuídas e, no limite, podem gerar pedidos para demissão do presidente da autarquia no Senado.

Sarquis, da Eleven Financial, diz que, antes de ter estabelecido mais missões ao BC, a sociedade deveria consolidar o controle inflacionário para que, depois, as metas impostas à autoridade se aproximassem de práticas internacionais já mais consolidadas. O economista também classifica como “conflitantes” os objetivos, a depender do ciclo econômico no qual a autoridade se vir inserida.

Ele alerta que em um momento no qual o BC tiver de elevar os juros para conter os preços, o nível de atividade econômica, naturalmente, irá se retrair, assim como o emprego. Dessa forma, pelo histórico da autoridade monetária no país, em um ciclo de recessão e inflação, a tendência da auto-

ridade monetária é continuar priorizando a estabilidade de preços. A hipótese traçada assemelha-se ao período atual vivenciado pelo país.

Em meio à reabertura da atividade das principais economias após os efeitos mais duros da pandemia da Covid-19, o país tem lidado com um cenário de disseminação da alta dos preços de commodities, em serviços e em itens represados, assim como enfrenta uma crise hídrica. Dessa forma, como forma de combater a escalada dos preços, o BC tem administrado, desde março deste ano, um ciclo de endurecimento da política monetária, com a Selic, em 5,25% ao ano, em setembro, de forma a ancorar as expectativas dos agentes quanto à inflação.

Apesar da recente decisão do BC de atuar no seu propósito principal, em contraste aos demais, Camargo, da Genial Investimentos, não vê problema na instituição da dupla missão ao BC, mencionando que o objetivo primordial da autarquia continua sendo atingir a meta para a inflação. “Os outros dois mandatos são secundários, ou seja, uma vez atingida a meta para a inflação, você deve se preocupar com

a estabilidade da economia, com a diminuição da volatilidade e com o pleno emprego.”

A opinião é partilhada por Pablo Spyer, economista-sócio da XP Investimentos, que ficou conhecido pelo público, não só da Faria Lima, por suas aparições matinais em vídeos de curta duração intitulados “Minuto Touro de Ouro”, nos quais faz um resumo, com câmera nervosa na mão, dos indicadores e eventos que vão balizar o pregão do dia.

Ele descreve como “extremamente correta e saudável para a política monetária do país” a instituição de uma dupla missão ao Banco Central. “Nos Estados Unidos, por exemplo, o Federal Reserve possui meta dupla: zelar pela inflação e pelo emprego. Anteriormente, em nível local, era somente a inflação (no Brasil), o que deixava uma ponta econômica completamente solta”, opina.

Ele reconhece que as metas estipuladas ao BC podem ser concorrentes entre si em determinado nível de atividade. “Acredito que se for um governo bem conduzido, com metas e objetivos claros, isso tende a ser minimizado (metas concorrentes entre si), mas sim, isso poderia ocorrer e trazer um nível de inflação maior que o necessário ou desemprego acima do que seria natural.”



BANCOS CENTRAIS

no mundo
no mundo



Crédito: Gabriel Ponte e Raphael Patil

PAÍS E NOME
É AUTÔNOMO?
DESDE QUANDO?

MISSÕES

PAÍS E NOME
É AUTÔNOMO?
DESDE QUANDO?

MISSÕES



EUA

Federal Reserve

Autônomo desde 1935.

PROMOVER:

- O pleno emprego, preços estáveis e taxas de juros moderadas de longo prazo;
- A estabilidade do sistema financeiro;
- A segurança e solidez das instituições financeiras;
- A segurança e eficiência do sistema de liquidação e pagamento;
- A proteção ao consumidor e o desenvolvimento da comunidade.



EU

Banco Central Europeu

Autônomo desde 1998.

- Definir nível dos juros de curto, garantindo que estabilidade de preços seja mantida no médio prazo;
- Executar política monetária para garantir inflação próxima, mas abaixo de 2%;
- Manter funcionamento dos mecanismos de transmissão;
- Política monetária deve ser voltada para o futuro.



JAPÃO

Banco do Japão

Autônomo desde 1997.

- Emitir cédulas e realizar o controle monetário e de divisas;
- Assegurar regularização de recursos entre bancos e outras instituições financeiras;
- Contribuir para manutenção do sistema financeiro;
- Alcançar estabilidade de preços.



INGLATERRA

Banco da Inglaterra

Autônomo desde 1997.

- Attingir meta de inflação de 2% com política monetária;
- Assegurar estabilidade de preços;
- Garantir o funcionamento das instituições financeiras;
- Promover um sistema financeiro resiliente;
- Supervisionar os sistemas de pagamentos.



TURQUIA

Banco Central da Turquia

Desde 2001 tem independência instrumental, mas é suscetível a intervenções políticas.

- Alcançar as metas de inflação estabelecidas;
- Attingir e assegurar estabilidade de preços, crescimento econômico e geração de empregos;
- Attingir a estabilidade financeira.



MÉXICO

Banco Central do México

Autônomo desde 1994.

- Preservar o valor da moeda ao longo do tempo;
- Assegurar uma inflação baixa e estável;
- Governador e subgovernadores do BC são nomeados pelo presidente local, com mandatos fixos e escalonados.



CHILE

Banco Central do Chile

Autônomo desde 1989.

- Assegurar estabilidade da moeda, mantendo inflação estável ao longo do tempo;
- Perseguir inflação anual de 3%, com intervalo de tolerância de 1% para cima ou baixo;
- Promover estabilidade e eficiência do sistema financeiro.



COLÔMBIA

Banco Central da Colômbia

Autônomo desde 1992.

- Manter inflação baixa e estável;
- Alcançar nível elevado, e sustentável, de produção e emprego;
- Perseguir meta de inflação anual de 3%, com intervalo de tolerância de 1% para cima ou para baixo.



Campos Neto acredita em “novos avanços”.

RISCO DE INTERVENÇÃO POLÍTICA

Apesar da posição de banqueiro central, Campos Neto chegou a manter atuação nos bastidores, em diferentes ocasiões, para reverter situações desfavoráveis ao governo perante o mercado, de acordo com veículos especializados. Em um período pré-pandêmico, era comum a movimentação que costumava fazer, junto a parlamentares, para pressionar pela aprovação da autonomia do BC no Congresso.

“Acreditamos que um BC autônomo estaria melhor preparado para consolidar os ganhos recentes e abrir espaço para os novos avanços de que o país tanto precisa”, afirmou Campos Neto logo em seu discurso de posse na cerimônia de transmissão do cargo, em março de 2019, após deixar a Tesouraria Global para as Américas do banco espanhol Santander.

Seus comentários favoráveis à autonomia vêm em linha com as análises dos economistas ouvidos pela reportagem, que apontam suposta intervenção política que Alexandre Tombini, presidente do BC entre 2011 e 2016, teria sofrido da chefe do Poder Executivo, Dilma Rousseff, como um período delicado na história da política monetária do país, acusando perda de credibilidade do BC. Nesse período, sob o comando de Tombini, a autoridade monetária não conseguiu encerrar nenhum ano com o IPCA no centro da meta (4,5%) e ainda viu uma escalada de preços em 2015 (10,67%).

Pelo regime de metas, em uma situação na qual o BC não consegue manter a inflação dentro da banda de tolerância, que à época era de 2 pontos percentuais (2,5% - 6,5%), o presidente da autoridade monetária é obrigado a escrever uma carta aberta ao Ministério da Economia, justificando o motivo pelo não cumprimento da meta de inflação, o que também deve ocorrer em 2021.

Na carta escrita em janeiro de 2016 referente ao ano de 2015, Tombini explicou que o “aumento” dos preços administrados, como por exemplo as tarifas de energia, além da depreciação cambial, com o real tendo acumulado desvalorização de 47% no ano diante do fortalecimento do dólar norte-americano, “criaram importantes desafios” à política monetária.

Na composição do IPCA, além dos preços livres, há os preços administrados, que são determinados ou influenciados por um órgão público, independentemente das condições vigentes de oferta e demanda da economia. Compõem os preços administrados itens como gasolina, diesel, energia residencial, plano de saúde, medicamentos, transporte público, água e esgoto e gás, entre outros, tendo peso em torno de 25% do índice. Em 2015, como resultado da política econômica do governo Dilma, as tarifas administradas aumentaram em 18,07%. Para entender a forte escalada de preços naquele ano, é preciso resgatar a conjuntura econômica da época.

Após a crise financeira de 2008 e seus impactos nos mercados globais, na esteira do fim do governo Lula e início da Nova Matriz Econômica (NME) adotada pelo governo Dilma, o país impulsionou os gastos públicos em investimentos, tendo efeito posteriormente sobre a trajetória da dívida pública. Essa política econômica também culminou em uma maior intervenção do governo na economia. Em razão do processo de ingerência política,

houve uma pressão inflacionária que culminou na robusta alta dos preços administrados. Para evitar um avanço expressivo da inflação, o governo decidiu intervir no controle de preços de combustíveis e derivados.

Esse controle também se estendeu a outros segmentos da economia, como o elétrico. Sarquis, da Eleven Financial, relembra um episódio-chave desse processo, que foi a redução de juros pelo BC na reunião de 31 de agosto de 2011 em 50 pontos-base, a 12%, conhecido como “cavalo de pau”. Essa decisão, de acordo com ele, constituiu o início de um processo de afrouxamento monetário, que viu a Selic chegar a 7,25% em outubro de 2012, enquanto a inflação de preços livres continuava a subir, embora a de preços monitorados, administrada pelo governo, permanecesse baixa.

A lacuna continuou até 2015, quando em meio a uma pressão e ao esgotamento de medidas de intervenção em estatais, o governo liberou os preços monitorados. Assim, o Copom, que já havia iniciado um processo de elevação da Selic em 2013, au-

mentou a taxa até o nível de 14,25% em 2015. “Tudo isso não teria ocorrido se o Banco Central não tivesse concordado em reduzir os juros em um momento no qual a inflação estrutural claramente estava em uma tendência ascendente. Esse é um exemplo de como a autonomia do Banco Central pode evitar essa troca de ganhos de curto prazo, mas que traz prejuízos muito significativos para a sociedade no longo prazo”, esclarece Sarquis.

PROFESSORES SE DIVIDEM SOBRE AUTONOMIA

Apesar do consenso observado entre os profissionais do mercado, economistas do meio acadêmico fazem ressalvas ao resultado da autonomia do BC, justificadas por diferentes motivos, desde o isolamento da política monetária do alcance do presidente da República, eleito por vias democráticas, até o descompasso do projeto implementado no país à atuação de outros bancos centrais no mundo.

No primeiro caso, está José Luís Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), o qual justi-

Dilma e Tombini: Suposta intervenção política foi agravante para a crise inflacionária.





Foto: Thaís Oliveira

fica que o governante tem de possuir o direito de exonerar o presidente do BC caso não esteja satisfeito com a condução da política monetária. Para ele, que é um dos principais nomes do desenvolvimentismo no país, política econômica baseada no aumento da produção industrial e da infraestrutura sob alicerce do Estado, a blindagem dos agentes de serem demitidos de forma arbitrária “pode ser muito prejudicial”.

Contrário a ele está Benjamin Tabak, professor da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EPPG), que já atuou como analista e consultor do BC. O docente classifica como “bastante razoável” a forma de governança proposta pelo projeto, que determina a exoneração por insuficiência de desempenho apenas se submetida pelo CMN ao presidente e aprovada pela maioria absoluta no Senado.

Já Oreiro, por outro lado, lembra dois episódios de ingerência política que

justificam a necessidade de o presidente da República poder interferir nos rumos da política monetária, em sua opinião. O primeiro envolve Gustavo Franco (1999), já que à época o país vivia um período de turbulência com a política cambial e uma crise de balanço de pagamentos. Em meio à defesa de Franco do regime de câmbio fixo contra o sistema flutuante, Fernando Henrique Cardoso demitiu-o.

Quase dez anos depois, em 2008, na esteira da falência do banco de investimentos Lehman Brothers, epicentro da crise de bolha imobiliária nos Estados Unidos, o BC havia elevado a Selic pouco dias antes do ocorrido, a 13,75%, em um movimento fortemente criticado por agentes econômicos. De fato, o BC só adotou uma postura de redução de juros em janeiro de 2009, quando levou a Selic a 12,75%, queda de 100 pontos-base.

“E por que ele reduziu em janeiro de 2009? Pois Lula teve uma conversa com

(Henrique) Meirelles (pressionando pela queda dos juros). Isso aconteceu porque me telefonaram, um líder empresarial, me perguntando sobre possíveis alternativas ao Meirelles como presidente do Banco Central e uma das alternativas, cogitadas naquele momento, era o professor Luiz Gonzaga Belluzzo”, diz Oreiro, reforçando que, em uma conjuntura de crise, a autonomia do BC impede que o presidente da República tenha os graus necessários para mudar a política monetária.

Já Tabak, da FGV, afirma haver uma redução de desconfiança para a autoridade monetária perseguir as metas de inflação pré-estabelecidas com a garantia de sua autonomia. “Dá mais confiança ao mercado doméstico e internacional sobre a perseguição dos objetivos de preservação do poder de compra da moeda nacional.”

Guilherme Mello, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirma que, em um contexto pós-2008, os principais bancos centrais em âmbito global, como o Bank of Japan (BoJ, na sigla em inglês), o Fed e o BCE, estão “cada vez mais alinhados” com estratégias de governo e dos tesouros locais, ainda que autônomos. Segundo ele, no caso doméstico, além de “chegar tarde” em seu projeto de autonomia, o BC brasileiro vem com a ideia de alcançar sua autonomia operacional que “mundo afora faz cada vez menos sentido”.

Ele ilustra, por exemplo, o caso do Banco do Japão (BoJ), que, além de ser acionista majoritário de empresas japonesas, realiza o controle da curva de yields, medida pela qual a autoridade monetária visa manter baixos os custos de empréstimos de longo prazo. Isso pode, então, acelerar a recuperação econômica, já que há um

barateamento do crédito, impulsionando a atividade econômica, investimentos, além de eventualmente prevenir uma recessão.

De acordo com Mello, essa ação conjunta observada em outras economias é também dificultada no Brasil pela imposição de mandatos fixos. A leitura do docente é que a medida reflete um “completo descasamento” entre as eleições democráticas presidenciais e a escolha do chefe do BC. Pelo projeto aprovado, Campos Neto, por exemplo, fica em seu cargo até 31 de dezembro de 2024.

Isso, segundo o docente, pode implicar em um problema maior, que é a decisão dos rumos da política monetária pelo

“*(A autonomia) Dá mais confiança ao mercado doméstico e internacional sobre a perseguição dos objetivos de preservação do poder de compra da moeda nacional.*”

BENJAMIN TABAK

governante eleito. Mello exemplifica o caso de um presidente que possua um projeto desenvolvimentista, em prol do crescimento econômico, e seu programa ser barrado por um presidente do BC conservador que esteja no cargo, assim como o contrário é verdade.

“Acredito, sinceramente, que esse descasamento excessivo tende a gerar ruídos e parte de um pressuposto muito equivocado, presente na literatura pré-2008, que é a literatura de que a política monetária é praticamente uma ciência resolvida do ponto de vista do seu manejo”, explica, lembrando do surgimento dessa corrente, com os monetaristas, encabeçados por Milton Friedman.



Arte à dois

Intervenções culturais e manifestações por direitos iguais, durante a pandemia, ganham vida a partir das lentes de estudante da Universidade de Brasília.

TEXTO Maria Clara Martinez e Mariana Andrade

FOTOGRAFIAS Thaís Oliveira

DIAGRAMAÇÃO Mariana Andrade

as fotografias deste ensaio retratam a 2ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. O grupo se reuniu com o movimento Luta pela Vida e marchou pela região central de Brasília, com faixas contra o governo e reivindicando direitos constitucionais. Sob a lente de Thaís Oliveira, se encontra um povo em luta pela demarcação de terras, contra a degradação do território nacional e contra a violência às mulheres indígenas.



NOTA DE REPÚDIO AOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS E EM DEFESA DA CIÊNCIA

 Universidade de Brasília

O Conselho Universitário (Consuni) da Universidade de Brasília (UnB), na sua reunião de 15 de outubro de 2021, vem manifestar, em defesa da Ciência, o seu repúdio aos sucessivos cortes de recursos destinados aos Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCTI) e da Educação (MEC) e ao desmantelamento das suas agências de fomento, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

As políticas governamentais de retiradas maciças de recursos financeiros afetam dramaticamente a infraestrutura de pesquisa, formada por laboratórios e espaços de realização de experimentos científicos em todas as áreas do conhecimento, e a formação de pessoas em níveis de graduação e pós-graduação, fundamentais para o desenvolvimento do país. Prejudicam fortemente a internacionalização, pois notícias de descontinuidade nas políticas de apoio à pesquisa afetam a reputação das universidades brasileiras e afastam jovens pesquisadores e estudantes de outros países.

A base científica e tecnológica que vem sendo construída no Brasil desde as décadas de 1950, com a criação do CNPq e da Capes, e de 1970, com a criação da Finep, colocou o Brasil entre os maiores produtores acadêmicos em âmbito internacional a partir dos anos 2000. No século XXI, não se pode prescindir das universidades públicas que, nos países da América Latina, são as instituições que viabilizam a produção do conhecimento de excelência.

O Brasil precisa do trabalho de cientistas em todas as áreas, para responder aos grandes problemas nacionais e internacionais, como as mudanças climáticas, a produção de alimentos em larga escala sem degradação do meio ambiente, as grandes migrações, os novos paradigmas do trabalho com a forte automatização advinda dos avanços das tecnologias de informação e comunicação, as doenças endêmicas e pandêmicas, a pobreza e a desnutrição em países periféricos, dentre tantos outros. A pandemia de covid-19 mostrou a importância das contribuições das universidades públicas brasileiras para mitigar seus efeitos, por meio da proposição de centenas de projetos em todas as áreas. Na UnB, mais de 200 projetos foram propostos e quase todos estão sendo executados, o que vem contribuindo decisivamente para que o país atravessasse esses tempos difíceis.

A comunidade da UnB mostrou resiliência, criatividade e resistência com a substituição rápida dos seus modelos de trabalho, apesar de todas as dificuldades. Caminhos diversos foram construídos e permitiram que o ensino, a pesquisa e a extensão seguissem, apesar da necessidade do isolamento. No contexto da tragédia da perda de mais de 600 mil pessoas e de milhões de pessoas doentes, o trabalho intenso de cada um e de cada uma permitiu que nos aproximássemos mais da sociedade, por meio dos nossos projetos de enfrentamento da pandemia de Covid-19, além de outros. A UnB, em conjunto com as demais universidades públicas brasileiras, a partir da sua base forte em pesquisa, vinha atuando de maneira consistente no contexto internacional, enquanto tínhamos políticas de apoio às atividades de pesquisa, no país. É essencial compreender que não há inovação sem produção de conhecimento que, no Brasil, é feita nas universidades públicas.

A UnB sempre defenderá, com sua excelência acadêmica, a nossa Ciência brasileira!

